

Enfermeiras no fronte

"A ideologia fascista permitia somente a existência de guerreiros heróicos, mães de família, esposas e... enfermeiras que cuidavam dos feridos no fronte", 17

A resposta de uma leitora

As opiniões do prof. Martins, na entrevista a **Movimento**, pareceram-nos bastante equivocadas. Em nada contribuem, a nosso ver, para o avanço da luta das mulheres por suas reivindicações específicas.

O professor, na entrevista, nega a existência de um movimento feminista: "fala-se muito no movimento feminista e eu acho que propriamente esse movimento não existe", diz ele. O professor, nega a realidade. Ou, infelizmente, não está entendendo as proposições dos grupos feministas. Existem hoje em São Paulo, pelo menos dois movimentos, que reivindicam para suas propostas um cunho feminista, organizados em dois jornais o "Brasil Mulher" e o "Nós Mulheres". Desconhecer estas propostas, ou simplesmente denominá-las de pequeno-burguesas, como faz o professor Martins, é desconhecer a realidade.

Para o professor, "não é uma conquista feminista preocupar-se em definir a especificidade da mulher, a sociedade capitalista já definiu essa especificidade". Esta frase encerraria uma meia-verdade, a nosso ver, se o professor sustentasse suas afirmações até o fim. Mas não, ele as nega no período seguinte, já que para ele só se apreende à essência dos fenômenos - da categoria homem e mulher - se se chegar a definir o lugar que ocupam no sistema de produção: operário e burguesia. Não sai enfim da categoria explorador/explorado. Será que é só nisto que reside a especificidade do problema feminino? Para o prof. José de Souza Martins não há dúvidas quando afirma que "não se politiza a mulher, preservando-a como mulher. Ela tem de chegar àquilo que é de fato: operária/burguesa, etc. Se nós admitimos que a história se faz a partir do confronto de classes definidas, não podemos ficar ao nível da aparência". Seguindo a mesma trilha o professor nega os papéis de subordinação da mulher em relação ao homem, que foram historicamente determinados - entre eles, a dupla jornada de trabalho.

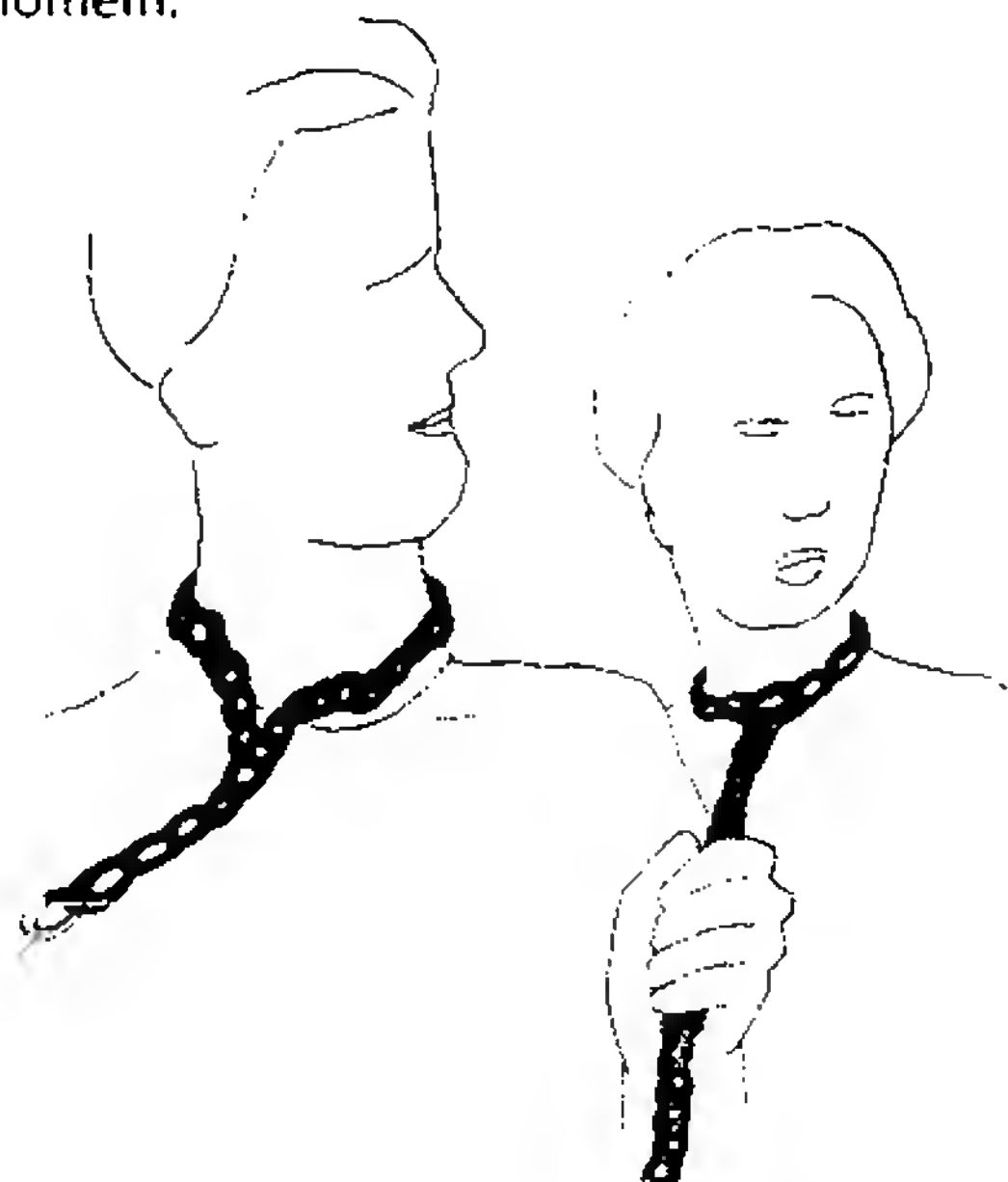
bordinação da mulher em relação ao homem, que foram historicamente determinados - entre eles, a dupla jornada de trabalho.

Para José de Souza Martins tanto o homem como a mulher executam uma dupla jornada de trabalho. A mulher criando os filhos e arrumando a casa e o homem mantendo-a, permitindo que ela fique em pé. Ao fazer esse tipo de análise onde a especificidade do problema da mulher desaparece, o professor cai novamente na única categoria que a seu ver é importante na explicação: a exploração. A nosso ver, o assunto é bem mais complexo. O problema da mulher não pode, e não deve, ter o tratamento que o professor lhe deu. A luta, para ele, é uma só: homens e mulheres contra a exploração. Dentro desta visão, os problemas específicos das mulheres não só não são reconhecidos hoje, como não serão levados em conta e resolvidos em uma nova sociedade. A história mostra-nos que a opressão da mulher persiste mesmo nos países que passaram por transformações sociais importantes.

"A dupla opressão que sofre a mulher não está na 'cabeça' das feministas"

Entendemos que o percurso de subordinação da mulher ao homem - tal como o sentimos atualmente - é histórico, ou seja, fruto do atual sistema social de produção. E, é tarefa dos movimentos feministas, que estão emergindo, desmistificar o caráter do trabalho da mulher, particularmente da mulher operária, que sofre uma dupla opressão: enquanto classe social e enquanto mulher.

A mulher de um trabalhador, que tem por tarefa cuidar do lar, é explorada conjuntamente com seu companheiro pelo sistema, já que parte do produto social lhes é arrancado. O fato porém, não impede a subordinação da mulher ao homem - na execução das tarefas domésticas e familiares. A mulher permanece em casa criando valores de uso - preparação da comida, lavagem de roupas, educação das crianças - ou seja, reduzindo o custo da reprodução da força de trabalho do homem.



Em um outro momento de expansão do capitalismo, homens e mulheres servem ao capital, integrando-se como força de trabalho. A exploração continua em nível superior. E mais, mesmo quando recrutada como força de trabalho, a mulher operária não deixa de produzir valores de uso domésticos. Nesse sentido, pode-se falar, rigorosamente, de dupla jornada de trabalho.

Assim, a especificidade da problemática

da mulher - da qual a dupla jornada de trabalho é um aspecto -, a dupla opressão que sofre - como trabalhadora e como mulher - não está na "cabeça" das feministas; pelo contrário, foi criada pelo atual sistema de produção que não se empenhou só em produzir mercadorias, produziu também homens e mulheres e um relacionamento específico entre os sexos - de subordinação das mulheres - que não só tem resistido através dos séculos, como tem sido arma eficaz na manutenção do status quo.

Uma última questão mereceria ser discutida. Trata-se do papel que o prof. Martins atribui às mulheres, em um processo de luta. Afirma o professor que "a própria proposta de luta, quando aparece, e é frequente na região amazônica, leva a uma divisão de trabalho... Se é para brigar, e lá é uma briga que você entra e pode sair morto, o homem vai e luta. Isso não exclui a mulher, muito ao contrário. A mulher é preservada como núcleo de reprodução da família". Ou seja a mulher entra na luta porque reproduz a futura geração de "guerreiros".

Esse papel que o prof. Martins atribui às mulheres no processo de luta, nada tem de original, pelo contrário. O fascismo já se utilizava dele. Ou seja, o fascismo concedia à mulher um único direito: a propriedade da espécie. Santificava a reprodução e exaltava o papel sublime da mãe-reprodutora. Fora dessa reprodução (da espécie, da moral, da ideologia fascista) as mulheres não deveriam existir. A ideologia fascista permitia somente a existência de guerreiros heróicos, mães de família, esposas e... enfermeiras que cuidavam das feridas no fronte.

A.M.

São Paulo - Capital

movimento
3/4/28

a luta pela
IGUALDADE

Cartas Abertas

RESPOSTA A JOSE DE SOUZA MARTINS — I

Onde está a feminista enragée?

“O feminismo brasileiro não é decididamente de “classe média” – um feminismo enragée. Ao contrário, está mobilizando massas relativamente grandes de trabalhadoras”.

A resposta da socióloga Heleieth Saffioti

que o sociólogo José de Souza Martins, em entrevista a Movimento defendeu sobre o papel dos movimentos das mulheres nas lutas sociais. A entrevista foi publicada na edição de 27 de fevereiro deste ano.

Durante todos estes anos de vida acadêmica, habituei-me a respeitar o Dr. Martins como sociólogo (Sociologia Rural) e como amigo. Neste último terreno, ainda que nossa convivência não seja muito estreita, dada a distância física que nos separa, creio que ambos temos sabido relevar os defeitos do outro. Parece-me não apenas possível, mas legítimo, “fazer média” em vários domínios da convivência humana. Há, entretanto, um terreno - o da ciência - em que eu jamais estaria disposta a “fazer média”, uma vez que esta atitude comprometeria meus princípios e minhas crenças, sem os quais acredito não ser possível levar avante meus papéis de intelectual. Assim, responderei à entrevista do Dr. Martins como se não o conhecesse.

A primeira resposta do Dr. Martins conduz-me à conclusão de que ele jamais viu e teve contacto com um grupo feminista no Brasil de hoje. A grande diferença entre o feminismo brasileiro e o norte-americano reside exatamente no fato de que o nosso não é, decisivamente, de “classe média”. Ao contrário, está mobilizando massas relativamente grandes de mulheres trabalhadoras. É evidente que a liderança destes movimentos embrionários cabe, no momento, à intelectualidade de “classe média”, cuja missão é conscientizar, desde que nós, sociólogos, saibamos sobejamente que, por mais desejável que possa ser, não existe o fenômeno da consciência espontânea.

Utilizando-se de eufemismos, o Dr. Martins afirma que a luta pela liberação da mulher camufla a divisão da sociedade capitalista em classes sociais, impedindo, ou pelo menos retardando, o aparecimento da luta de classes. Se eu bem entendi os clássicos do marxismo e outros bons autores marxistas, não há uma única contradição na atual sociedade; existem muitas convivendo numa dinâmica específica. A história revela que o raciocínio simplista de que a superação da sociedade capitalista faz-se pela supressão da contradição principal, como se as secundárias não fossem importantes, resulta em sociedades tão ou mais desiguais e preconceituosas. A União Soviética ilustra bem este processo. Terminando, após mais de 60

sociológicas. A distribuição das contradições por uma escala de prioridades constitui um raciocínio burguês, muito, muito distante do raciocínio dialético. Se eu entendi corretamente a dinâmica das sociedades capitalistas e as estratégias socialistas de sua superação, creio que só há uma maneira de se operar esta transição: atacar simultaneamente todas as contradições.

“Dizer que os homens não são livres é simplificar a realidade”

Deixando de lado o fato de que conscientizar mulheres proletárias pode ser considerada uma estratégia política válida na presente conjuntura brasileira, gostaria de chamar a atenção do Dr. Martins para a sua absolutização das categorias essencial-aparência. É verdade que nós, cientistas, não podemos nos contentar com a aparência dos fenômenos. Desvendar sua essência constitui exatamente nossa função. Mas isto não significa ignorar a aparência. Esta é tão real quanto a essência. As classes sociais não constituem agrupamentos homogêneos. Se se dá um tratamento diferente aos diversos estratos de renda no interior de uma mesma classe social, por que não proceder da mesma forma no que tange à discriminação sexual? ou à discriminação racial? Relendo a entrevista do Dr. Martins, há momentos em que me parece que ele procedeu a uma excessiva simplificação do marxismo por estar lidando com uma feminista enragée. Quem seria ela? ela existe?, me pergunto. Nem mesmo durante a luta sufragista o Brasil conheceu este tipo de feminismo. Ademais, há a considerar que existe uma pluralidade de feminismos. O conceito, portanto, não é unívoco. O Dr. Martins não levou isto em consideração. Respondeu ao Movimento como se as feministas brasileiras houvessem decalcado sua atuação em certos grupos norte-americanos.

Nada disto, entretanto, obscurece a especificidade da condição feminina, nem tampouco o fato de que o homem é veículo da dominação capitalista e o dominador na relação de sexo. Ele também é fruto desta sociedade injusta, discriminatória, preconceituosa. Pergunta o Dr. Martins: “Será que ele (o homem) é livre só porque sai de casa, fica no botequim, demora uma porção de tempo antes de voltar para casa etc?” Não ocorreu;

mem fica no botequim? Ela lava, passa, limpa, cozinha, cuida dos filhos, faz compras e “estica” o magro orçamento doméstico. Situar estes fenômenos a nível do político *stricto sensu* e afirmar que os homens não são livres é eludir as contradições internas às classes sociais; é homogeneizar o heterogêneo; é simplificar demais a realidade. Diria, provavelmente, o Dr. Martins: “isto é aparência”. Dura aparência que é vivida no suor e na lágrima! O raciocínio de que “não é por culpa do homem, e, sim, por culpa, enfim, do sistema”, do Dr. Martins, está muito mais próximo da atitude masculina machista que tenta preservar seus privilégios do que a atitude política sadia de quem tenta construir um mundo melhor para homens e mulheres como seres socialmente iguais.

A antipatia do Dr. Martins pelas feministas em geral fica patente, pois, ao discorrer sobre a situação da família no interior do Brasil, afirma: “Se uma feminista desavisada, por exemplo, chagasse lá, diria: nossa, como essas mulheres são alienadas. Imagine, uma luta armada aqui, à beira da casa delas, e elas dentro de casa, aparentemente ‘desligadas’. Isto seria uma afirmação absolutamente descabida, porque na verdade, essa mulher é quem está preparando os filhos para prosseguirem a mesma luta, de modo que, se o pai morre, se o pai é preso, etc., essa luta não cessa. “Por que uma feminista? Qualquer pessoa desavisada, até mesmo pesquisadores ingênuos, poderiam não perceber, de imediato, o papel da mulher nestes grupos específicos”.

O perigo de se criar uma URSS Tupiniquim

O Dr. Martins é partidário da mulher no lar, reproduzindo força de trabalho, pois justifica o trabalho extra-lar da mulher quando o salário do homem é insuficiente. Há, no mínimo, dois comentários a fazer sobre esta assertiva. Ao destinar as funções domésticas à mulher e o trabalho extra-lar ao homem, o Dr. Martins inferioriza a mulher, negando-lhe a possibilidade de constituir sua autonomia econômica, condição não suficiente, mas necessária à independência em vários domínios. Em segundo lu-

gar, seria o caso de perguntar ao Dr. Martins porque permite que sua mulher não lhe fora, uma vez que seu salário como professor universitário é suficiente para produzir e reproduzir sua força de trabalho. (Esta pergunta é propositalmente fraseada em termos machistas a fim de facilitar o diálogo com o Dr. Martins.) Não terá a mulher o direito de desenvolver atividade diretamente econômica? É justa a divisão sexual do trabalho proposta pelo Dr. Martins? Não me parece. Se se é crítico em relação à sociedade capitalista, não há que deixar escapar um só item desta realidade.

Há ideologias que impedem a percepção científica do real. O machismo é uma delas. Ademais, o mero fato de coabitar com uma mulher não autoriza ninguém a falar sobre este assunto. É preciso estudá-lo. Há mais de uma década fazem-se estudos científicos sobre a mulher no Brasil. Nunca li um trabalho que: 1) deixasse de desvendar a situação específica da mulher na sociedade de classes; 2) propusesse a liberação da mulher sem pensar na liberação do homem. No plano da atuação prática, jamais conheci qualquer grupo de feministas brasileiras que pretendesse banir os homens ou inferiorizá-los socialmente.

Pela “teoria” do Dr. Martins, entendo que um movimento na direção da construção de uma sociedade justa seria conduzido pelos homens, pois às mulheres estariam destinados os papéis de reprodução de homens e de transmissão oral da tradição de luta. Naturalmente resultaria daí uma União Soviética Tupiniquim. Seria um movimento vindo da base e, portanto, condenado a construir uma sociedade desigualitária.

Enquanto homem o Dr. Martins não tem culpa de ser machista. Foi socializado para sê-lo. Enquanto sociólogo, porém, deveria ter aprendido que a realidade social não é transparente. Nem é preciso ir a Marx para saber que “se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria supérflua”. Basta ler *Les règles de la méthode sociologique*, de Durkheim: “Consideramos fecunda esta idéia de que a vida social deve explicar-se, não pela concepção que dela se fazem os que dela participam, mas por causas profundas que escapam à consciência”.

A propósito das cartas publicadas em **Movimento** de 3 de abril, tenho a dizer o seguinte:

Para mim, a situação da mulher não é, como para outras pessoas, um meio de vida. Para mim é uma questão política. Não tenho, por isso, outro título a invocar senão o compromisso do meu trabalho. Não me arolo entre famigerados e frequentemente insuportáveis, especialistas acadêmicos para fazer alguns comentários sobre "respostas" (sic) oferecidas à entrevista que **Movimento** publicou no dia 27 de fevereiro último. Tenho algumas idéias a respeito do tema, já que me interessa particularmente pelas teorias dos movimentos sociais e tenho abordado esse tema em meus cursos de Introdução à Sociologia, Sociologia da Vida Cotidiana e Sociologia da Sociedade Agrária. Respondi, como o próprio leitor pode constatar, que na atual situação não se pode definir o feminismo no Brasil como movimento social. Os setores que me parecem mais próximos da definição são os de pequena burguesia, principalmente, os intelectuais. São esses setores, pelo menos, que têm procurado falar em nome das mulheres. Essa fala, certamente bem intencionada, ainda assim reflete uma perspectiva particular, de quem está numa situação de classe muito específica. É verdade que não tem faltado esforços para captar a fala da mulher (eu me refiro à fala como instrumento da consciência) que sofre opressão maior (não estou falando de quem ganha 40 salários mínimos por mês). Lembro aqui a primorosa e paciente investigação de Verena Martinez Alier sobre as mulheres bóias-frias da região de Campinas. Lembro, ainda, o excepcional documento que é "Tarumã", de Mario Kuperman.

Na entrevista, não tomei como referência os trabalhos de ilustres sociólogos e pesquisadores brasileiros que se esfalfam na investigação da condição feminina e que exornam com seu saber as nossas academias. Tomei como referência a vivência direta do assunto. Para mim, a exploração da mulher pelo homem e pelo patrão é um dado da minha própria experiência familiar na infância e na adolescência e nela se combina de forma muito nítida a exploração da criança trabalhadora pelo adulto patrão, seja este homem ou mulher. Estou vacinado e imunizado, portanto, contra todas as formulações arrogantes sobre o feminismo e a exploração da mulher.

Começo implicando com a formulação reacionária de que a missão da intelectuali-

dade de "classe" média "é conscientizar desde que nós, sociólogos, sabemos sobejamente que, por mais desejável que possa ser, não existe o fenômeno da consciência espontânea". Essa é uma concepção muito arraigada na ideologia profissional do sociólogo e está basicamente referida à necessidade de justificar o próprio trabalho. Entretanto, a coisa muda de figura para quem pensa cair numa espécie de teoria da debilidade mental congênita da classe operária, frequentemente implícita nas formulações da reação. É que, politicamente falando, a consciência espontânea existe; o que talvez possa não existir é a espontaneidade da consciência política. E com essa consciência espontânea que tanto o sociólogo quanto o político trabalham. É nesse quadro, aliás, que tem sentido a luta da mulher no capitalismo.

A pessoa pode se descobrir como explorada descobrindo a específica exploração que advém da sua condição feminina. Do mesmo modo que pode fazer a mesma descoberta descobrindo a específica exploração que advém da condição de negro ou da concepção de pobre. Não estou, é claro, falando de consciência no sentido vulgar de um mero perceber das coisas. Não estou falando também no genérico da concepção filosófica de consciência. Estou falando da modalidade de consciência que abre à apreensão sociológica e à investida política - estou falando da consciência imediata, como modalidade de consciência que registra, organiza e interpreta a experiência visível sem deixar de explicitar a sua plena significação histórica pela mediação dos componentes da situação que lhe são ocultos. Nessa linha, organizar movimentos feministas para definir o feminismo como ponto de chegada, como resultado e não apenas como ponto de partida político, parece-me um contraste. Seria permanecer nos limites alienados da consciência espontânea sem aprofundar as suas contradições visíveis à medida em que fossem sendo explicitadas e propostas pela situação histórica.

Seria interessante se pudéssemos ter alguma indicação objetiva e insuspeita de que o

Feminismo profissional

"O fascismo não está apenas na concepção da mulher como reprodutora de guerreiros"

feminismo brasileiro "está mobilizando massas relativamente grandes de mulheres trabalhadoras". A recente reunião de operárias no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) é uma boa indicação de que há mulheres mobilizando para enfrentar as formas específicas de exploração que sofrem dentro da fábrica. Sabe-se, além disso, de oposição de operárias, no setor têxtil, à tentativa de criar departamentos femininos nos Sindicatos, definida como tentativa machista de isolar a trabalhadora na condição de mulher, quando ela está lutando por coisa muito diferente: pela igualdade com o homem dentro de seu próprio sindicato.

Nesse sentido, é preciso muito esforço de imaginação para inferir ter eu afirmado na entrevista "que a luta pela liberação da mulher camufla a divisão da sociedade capitalista em classes sociais, impedindo, ou pelo menos retardando, o aparecimento da luta de classes". Tenho estado atento, como outros pesquisadores, ao lugar e à importância das categorias explicativas em relação às expressões das situações corretas. Felizmente, a obra de Marx é hoje um legado da humanidade, aberta ao livre exame, não havendo designação testamentária de exege em parte alguma do globo. Entendo que o movimento feminista só poderá existir como movimento social quando explicitar a própria razão histórica do feminismo e quando puder ver com clareza quais as mediações pelas quais condição feminina concretamente se determina e se constitui. O intelectual, assim, terá um papel essencial. Cabe-lhe explicitar. Fazer o oposto é escantear.

E nesse plano que questiono a absolutização da especificidade da mulher, invocada nas duas cartas. Ambas as pessoas estão lidando com uma concepção genérica de mulher, com uma mulher sem historicidade, mobilizada numa categoria supra-histórica, numa versão conforme as fantasias da "classe" média. Um certo relativismo cultural, e político, seria útil ao movimento feminista como um primeiro passo para quebrar essa

absolutização e os preconceitos que acarreta.

Tomo um exemplo, num capítulo sempre invocado para demonstrar a exploração da mulher e o caráter universal e supra-histórico dessa exploração da procriação. Para nós, o parto é encargo e sofrimento solitário da mulher, o mesmo ocorrendo com a criação do filho, mas, essa solidão não decorre senão do fato de que a individualização econômica e contratual, jurídica, da força de trabalho produzida pelo capitalismo, a disseminação da contabilidade de custos, o caráter calculável das coisas, reduziram toda a algum tipo de solidão. Essa, porém, não é uma situação universal. O parto de uma mulher tapirapé envolve uma situação social completamente diferente. E que se trata de um acontecimento familiar e comunitário, de que participam homens e mulheres, adultos e crianças. Não tem a conotação de isolamento, individualização e sofrimento que possui em nossa sociedade. Isso porque a questão do nascimento, para o tapirapé, não é uma questão contábil, como é para os nossos hospitais.

Além disso, até na procriação pode haver uma forma de luta deliberada. Condenados à extinção por ação até intencional dos brancos, os karajá reorganizam o seu mundo tribal pela extensa procriação. A questão da procriação não é um tributo nem castigo para a mulher, mas a forma de sua inserção no entrelaçamento do branco invasor e predatório.

Compreendo que a tentativa de relativizar a concepção de classes subjacente a certas formas estreitas de feminismo cause muita irritação às pessoas muito atentas a dar lições, mas pouco dispostas a recebê-las, muito habituadas a agir como patrão e pouco habituadas a agir como igual. Foi o que aconteceu com meu esforço nesse sentido, quando mencionei que mesmo a família, com todo o seu caráter de instituição conservadora e de lugar de exploração da mulher (mas, não só dela), pode ter um papel historicamente criador. É um equívoco comum, especialmente entre sociólogos, falar da dialética sem pensar dialeticamente. Esse equívoco se manifesta pelo tratamento linear e não-dialético dos componentes da situação social. No máximo conseguem estabelecer diversificações formais do seguinte tipo: uma classe pode conter vários estratos de renda, etc. A contradição permanece sempre exterioridade, na mera articulação mecânica.

Raízes da exclusão feminina

Resposta ao artigo de
José de Souza Martins

As diferentes sociedades, submetidas a ordens econômicas e políticas peculiares, têm colocado a mulher em condições de exploração de diversos tipos. Mulheres de diferentes classes sociais, pela própria condição de sexo, estão sofrendo as mais variadas ordens de submissão. Reconhecer tal condição, denuncia-la, passa a ser um objetivo fundamental dos emergentes movimentos feministas.

De fato, o movimento feminista surge entre mulheres da classe média, à qual, nós, intelectuais, pertencemos. Esta categoria sócio-econômica detém privilégios indiscutíveis na sociedade capitalista, os quais lhe permitem usar parte do seu tempo na reflexão da condição da mulher. Evidentemente, a mulher da classe média não trabalha 16 horas por dia e não chega a um estado de extenuação completa como a operária. Entretanto, muitas, dentro de suas respectivas condições, são exploradas pela sociedade, justamente porque as áreas de decisão estão concentradas em mãos masculinas.

O movimento feminista jamais poderia escamotear a problemática capitalista, porque não pretende isolar a mulher do contexto social geral. Condicionada a desempenhar determinados papéis, a mulher não tem liberdade de escolher perante o homem um modo de vida próprio. Submetida a rigorosa censura, sua vida sexual é controlada. Isto decorre da existência de um duplo sistema de valores que exalta a intensa vida sexual masculina e reprime a sexualidade feminina. Discutir amplamente estas limitações deve conduzir homens e mulheres a uma mudança de suas atitudes. A socialização das novas gerações deverá refletir essas mudanças.

No lar e na escola, a criança já recebe os valores diferenciais, conforme sejam meninos ou meninas. Já é fruto do movimento feminista a denúncia desta situação. A nova geração deverá ser preparada para que ambos os sexos assumam iguais responsabilidades no lar, no trabalho, na educação dos filhos e na sociedade como um todo.

É muito alentador saber, como informa o ilustre entrevistador, que a mu-

lher da região amazônica esteja sendo preservada "como núcleo de reprodução da família, núcleo de reprodução da luta contra a opressão". Entretanto, este papel, ela sempre desempenhou como mãe e educadora, obtendo-se de uma participação plena. Isto exclui o homem de sua responsabilidade familiar e de educador, reforçando a velha dicotomia de papéis.

Repressão sexual, dicotomia de papéis dentro do lar e da sociedade são raízes sobre as quais se assentam a exclusão da mulher de uma participação política e de uma luta pela liberdade. O homem, ao ser manipulado por esses valores que submetem a mulher, faz exatamente o jogo daqueles que lhe tiram a liberdade. Ao subjugar a mulher, ele o faz como representante, em sua própria casa, de um modelo de poder contra o qual ele deveria lutar, perdendo, então, uma latada fundamental. Não basta dizer que "o homem não é livre"; é preciso entender as bases desse processo. A sujeição da mulher se dá em dois planos: como ser humano e como ser sexuado.

Por essas razões, a Pró-Mulher, sociedade civil com sede nesta Capital, constituída por profissionais liberais inquietas com a condição feminina, pretende: levantar os problemas referentes à condição da mulher; desenvolver estudos teóricos e práticos sobre tal condição; formular estratégias de ação na tentativa de mudança por meio de reivindicações, denúncias e divulgação dos resultados dos estudos realizados junto à mulher e ao homem, às comunidades, aos poderes públicos, aos meios de comunicação, às empresas; dar orientação médica, profissional, psicológica, jurídica e educacional às mulheres; ministrar cursos, palestras, mesas redondas em escolas, televisão, rádio, paróquias, etc; e dar, quando solicitada, assessoria a pessoas físicas e jurídicas em todas as pesquisas e empreendimentos relacionados à mulher.

Marly A. Cardone, Nelde Martins e Maria Luiza Eluf, pelo Conselho Diretor da Pró-Mulher; professora Eva A. Blay.
São Paulo - SP

Cartas Abertas

A especificidade da condição feminina

Resposta à resposta de José de Souza Martins

"Sábios" em torres de marfim

Faz muitos séculos que uma só pessoa não é capaz de dominar todos os ramos do saber. Não apenas há uma divisão do trabalho no interior da ciência, como também há uma divisão do trabalho no seio de cada uma das ciências. À medida que o conhecimento progride, o saber acumulado torna-se excessivamente grande para ser dominado por uma só pessoa. Assim, é limitado o número de temas sobre os quais cada cientista pode falar e escrever. A polivalência conduz à superficialidade. Um só cientista não pode pesquisar toda a realidade nacional, seja social ou não. Lamentavelmente, os seres humanos vivem muito pouco e os progressos da medicina têm ampliado muito mais a velhice do que a juventude. Desta forma, cada um escolhe, geralmente, uma temática principal de investigação e trabalha subsidiariamente em outros poucos assuntos. Assim procedi. Dos 40 trabalhos que publiquei, 21 incidem sobre o tema MULHER. Evidentemente, não se pode perder de vista o fato de que, na sociedade, todos os eventos estão relacionados entre si. Contudo, como não está ainda implantado no Brasil o hábito do trabalho em grupo e menos ainda o interdisciplinar, é muito difícil e talvez mesmo impossível que um só cientista consiga abarcar o todo social. Daí a necessidade da especialização. Talvez ela possa ser considerada um mal necessário em nossa civilização.

Não corresse eu o risco de ser acusada de me promover através desta carta, tão-somente encaminharia ao MOVIMENTO uma relação dos trabalhos que publiquei sobre o tema MULHER, a fim de permitir aos leitores deste jornal avaliar a distância que medeia entre aquilo que escrevi e certa interpretação de meu feminismo. O móvel de minha primeira carta (MOVIMENTO de 03/04) foi a irritação que me causou a tentativa machista de banalizar o tema MULHER. Segundo a perspectiva machista, todo mundo entende deste assunto, mesmo sem nunca tê-lo estudado. Ainda que se considerem só os meios acadêmicos, apenas um número muito limitado de pessoas conhece dados, os mais simples, como o fato gravíssimo de 30% da força de trabalho feminina estar empregada em residências particulares, desempenhando serviços domésticos remunerados, o fato das mulheres de educação superior receberem 36% do salário dos homens nas mesmas condições, no nordeste do país, e tantos outros. Para mim, a temática MULHER nada apresenta de banal. Merece ser estudada como outra qualquer. As vivências pessoais neste e em outros campos constituem dados brutos e, enquanto tais, devem ser estudados pelos cientistas. Se a vivência pessoal fosse o fim do processo, ninguém melhor que as próprias mulheres para expor as questões a elas pertinentes.

Se todos os agentes sociais pudessem explicar os processos dos quais participam, os cientistas seriam totalmente desnecessários. Neste caso, seria muito mais interessante ouvir depoimentos de operárias, como tive a oportunidade de fazer na reunião da Convergência Socialista, do que as teorias dos cientistas sociais. Seria mais interessante ouvir relatos de vivências de empregadas domésticas, de trabalhadores de enxada, de professoras primárias, enfim de quaisquer categorias ocupacionais e também de donas de casa. Tenho muita familiaridade com estes depoimentos, porque estou habituada a realizar pesquisas empíricas e posso atestar que eles são muitas vezes bonitos, outras vezes trágicos e sempre muito ricos. Todos estes seres humanos, que nada apresentam que possa indicar "debilidade mental", são perfeitamente capazes de exprimir suas experiências de dominação e ou de subordinação. Não dispõem, todavia, do instrumental necessário para construir a teoria. Apenas encampo a afirmação de Lênin de que não há revolução sem teoria revolucionária. Creio, desta maneira, justificar plenamente o papel social do intelectual.

Acredito também que o intelectual possa preencher funções importantes no que tange à conscientização das massas e à sua organização. Vários escritos de Rosa Luxemburgo que hoje estudamos e discutimos com nossos estudantes foram, nada mais nada menos, que cursos por ela ministrados a operários alemães. Não vejo elitismo nesta postura. Como filha de lumpen proletários, já dei à humanidade uma considerável cota de trabalho manual e ainda o faço com certa frequência. Devo confessar que sou grandemente poupada por meu marido, que colabora amplamente nas tarefas domésticas, quando necessário. Trata-se de uma atitude política lato sensu.

Aliás, não é apenas o tema MULHER que é político. Todos os temas são políticos. Tudo é político. O estudo de qualquer temática implica a tomada de posições políticas. O posicionamento diante de temas a partir de vivências pessoais também é político. Refiro-me ao conceito de política lato sensu. Nestas questões, distancio-me muito de certos "sábios" que permanecem encastelados em suas torres de marfim. Procuro divulgar os meus conhecimentos não apenas no meio acadêmico. Falo em Associações de Bairros, Clubes de Mães, Assembleias Legislativas etc. Isto é, milito politicamente. Repito aqui o que disse na reunião da Convergência Socialista. Se o PS brasileiro desejar nascer sadio, é necessário que, já nesta fase embrionária, encampe as lutas das minorias sociológicas: a luta dos negros, a luta dos índios, a luta das mulheres etc.

Tenho para comigo, e sobre isto venho insistindo há vários anos, que a análise da temática MULHER é extremamente complexa, porque as contradições entre as classes sociais e entre as categorias de sexo não são paralelas. cruzam-se: - Nas relações de classe, há homens que dominam homens e mulheres e há mulheres que dominam homens e mulheres. No relacionamento entre as categorias de sexo, contudo, as mulheres são as dominantes e os homens são os dominadores. A conclusão é, pois, cristalina: a maioria dos homens (a classe dominante é muito restrita quantitativamente) sofre a dominação de classe; a maioria das mulheres sofre a dominação de classe. AS MULHERES SOFREM A OPRRESSÃO PRÁTICA PELOS HOMENS. Em qualquer clas-

se social, ser mulher é diferente de ser homem, quer biológica, quer socialmente. E a discriminação contra a mulher não é privilégio do capitalismo. Este fenômeno precedeu, historicamente, a implantação do capitalismo. A mulher é oprimida pelo homem na sociedade escravocrata, na sociedade feudal etc. A particularidade do capitalismo reside no fato de que ele re-elabora esta especificidade segundo sua lógica interna. Admitir como dado empírico a especificidade da condição feminina é fundamental para compreender a dialética no interior de cada subestrutura social e entre elas. Desta postura teórica deriva uma prática política que visa à eliminação da desigualdade entre as categorias de sexo simultaneamente a um processo de mudança em direção a uma sociedade sem classes sociais. Reduzir a sociedade às classes sociais constitui uma posição teórica da qual decorre outra prática política: destruir as classes sociais, considerando inexistentes ou irrelevantes as relações de dominação-subordinação entre as categorias de sexo. Trata-se, pois, de posturas antagônicas.

O fato de haver invariâncias (ao lado de diferenças) na condição feminina não significa que as mulheres devem empenhar-se numa luta de libertação em relação ao homem. Isto nem seria possível como processo isolado. Não acredito num feminismo que congregue todas as mulheres de uma sociedade. Estas estão divididas em classes sociais e os privilégios de classe impedem a coesão dos membros desta categoria de sexo. Aliás, não acredito em libertação da mulher. Creio, isto sim, na libertação do ser humano, pois a contrapartida de mulheres oprimidas, socialmente mutiladas, são homens mutilados. As exigências sociais em relação ao homem representam uma pesada carga. É preciso ser forte, ter êxito econômico etc. A libertação à qual aspiro só é possível no seio do socialismo. Mas, atenção, não acredito em automatismos do tipo: eliminadas as classes, estabelecer-se-á a equidade entre os sexos. Este raciocínio primário responde pela inferioridade social da mulher em muitos países que se pretendem socialistas. Pelo que me foi dado ler e ouvir, somente Cuba e China estão combatendo severamente o machismo. Neste sentido, já se fizeram enormes progressos. Entretanto, o caminho a percorrer é ainda longo e doloroso. Deposito esperanças nestes processos e torço para que cheguem a bom termo.

A sociedade capitalista apresenta muito pouca tolerância para com o homem crítico; nenhuma com relação à mulher crítica. Esta desperta a ira dos poderosos e dos machistas. Não cumpre os papéis sociais que lhe foram atribuídos; rebela-se. Concorde que isto seja, de fato, sobretudo quando os papéis não estão insulados, dose insuportável para o machista. Embora eu não me arvore em consciência da mulher em geral, não estou disposta a suportar calada as violências de que sou alvo. Prefiro enfrentá-las com coragem, não obstante saber que a competição é desleal. Este enfrentamento torna-se ainda mais sério quando se atenta para o tipo de feminismo que espousei. Já fui acusada por um grupo norte-americano de ignorar a especificidade da condição feminina. Agora acusam-me de feminismo estreito. Deixo aos leitores a tarefa de decidirem. Deixo a eles também a função de entenderem o nó cerebral. Não entendo disto. Aliás, nas centenas de livros e artigos sobre mulher que já li e que poderiam ser agregados à literatura citada, jamais encontrei este fenômeno. Quem sabe trata-se de alguma doença que ataca teóricos sofisticados. Ou talvez ataque gente que ganha 40 salários mínimos.

Confesso que aprendi muito, fazendo pesquisa, no contacto com operárias, empregadas domésticas, donas de casa, professoras primárias, prostitutas. As feministas cariocas que desenvolvem um magnífico trabalho junto às mulheres da Rocinha, a maior favela do Rio, são testemunhas do mesmo processo. Todas as mulheres que pesquisei (muito singulares, feitas de carne e osso, sem nenhum sabor de mulher genérica), não obstante suas diferenças de classe, sofrem discriminação. Nem todas tinham ou têm consciência disto. Muitas são "colonizadas". Muitas estão despertando, mas são ideológico. Outras abrem mão da luta pela mudança entre os sexos para não colocar em risco seus privilégios de classe. Outras, ainda, acomodam-se por inércia, preferindo mais fácil viver segundo a ideologia dominante do que tentar alterá-la. Estas rebeldes ou acomodadas inserem-se na sociedade capitalista como operárias mulheres, como professoras primárias mulheres, como empregadas domésticas mulheres, como prostitutas mulheres. Não é possível separar, nas formações sociais capitalistas, a condição de classe da condição de sexo (socialmente elaborada), como se fossem elementos de uma combinatória. Tais elementos são inseparáveis no tipo de sociedade em pauta. Não cometerei a deselegância de descontextualizar frases, mas não é isto que leio na entrevista do dia 27/02. Obviamente, a operária oprimida é diferente da burguesa oprimida. Mas ambas são oprimidas.

Ignoro o significado da expressão "feminismo profissional". Atentando para as duas primeiras frases dos "comentários" do autor - "Para mim, a situação da mulher não é como para outras pessoas, um meio de vida. Para mim é uma questão política" - imagino que a tal expressão tenha sido utilizada numa acepção muito pejorativa. Suponho que corresponda a machismo profissional.

Por profissão, sou professora. Ganho minha vida ensinando Sociologia. Se eu dependesse de meu feminismo para viver, seguramente não estaria viva para escrever esta carta. Ao contrário, meu feminismo provoca, em mentes pouco esclarecidas, a insegurança e, por conseguinte, a ira.

Leio no último parágrafo da matéria de 10/04: "Estou de acordo que, nesse processo, há ideologias que impedem a percepção científica do real. O machismo é uma delas". E um certo tipo de feminismo profissional pode ser outra". Não acredito que isto esteja ocorrendo com a radicalizei minhas posições para contrabalançar a força paralisante do machismo. Entretanto, posso estar enganada. Se for este o caso, permito-me parafrasear Florestan Fernandes, afirmando que tantos já erraram por motivos diferentes, deformando e detratando a mulher, que não haveria mal maior em tal compensação.

Heleieth Saffioti - Araraquara - SP

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal *O ESTADUANO*Data *01/03/78*Pág. *—*Pasta n.º *—*N.º do recorte *—*

Creches receberão maiores incentivos

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Ministério do Trabalho assinou convênio com a Organização Mundial de Educação Pré-escolar com o objetivo de estabelecer as diretrizes básicas para a solução do problema de creches para a mulher que trabalha. A OMEP faz parte da Organização Mundial da Saúde, possui um capítulo no Brasil e dispõe de técnicos e profissionais especializados no problema específico da educação da criança recém-nascida até a idade de três anos.

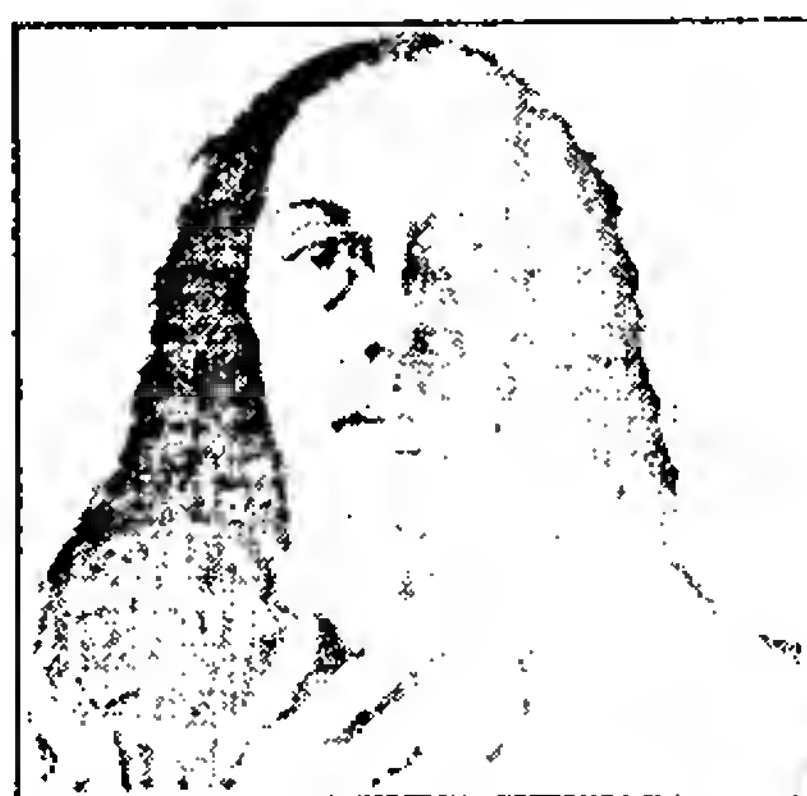
O primeiro trabalho do Ministério, através de sua secretaria da Promoção Social, juntamente com a OMEP, será a realização de um diagnóstico da atual situação. David Bolanovski, secretário da Promoção Social, afirmou que a forma de atuação do Ministério dependerá da aprovação do novo capítulo da CLT, sobre o trabalho da mulher, especialmente no que se refere à criação de incentivos fiscais para a alimentação e tratamento das crianças mantidas em creches.

Caso o capítulo seja aprovado na forma proposta, a Secretaria da Promoção Social, com a colaboração da OMEP, teria condições de apresentar um projeto de atuação num prazo de até 60 dias.

O novo capítulo da CLT propõe que os empresários que fornecerem creches para os filhos de suas trabalhadoras, no período de amamentação, se beneficiem dos mesmos incentivos fiscais garantidos pela lei 6321, de 1976, que trata da alimentação do trabalhador. Embora do ponto de vista jurídico seja apenas um adendo a lei já existente, a Secretaria deverá regulamentar sua prática, as formas de fiscalização, e as possíveis soluções que deverão ser bastante diversificadas: possivelmente, serão propostas creches distritais, utilização de vagas em creches já existentes e aproveitamento de locais como centros de lazer, escolas, igrejas.

David Bolanovski, que também é professor na UnB, reconhece a complexidade do problema, pois a criança, no seu primeiro ano de vida, é mais suscetível a doenças.

Dia Internacional da Mulher



Diversas atividades estão marcadas para comemorar o Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8 de março. Em São Paulo, entre outras coisas, será elaborado um documento contendo conclusões de debates realizados sobre importantes problemas para a mulher, como a gravidez de alto risco, o trabalho doméstico, as condições de vida e as liberdades democráticas. O texto final deverá ser aprovado no dia oito, às 20 horas, na Câmara de São Paulo.

No Rio de Janeiro, as atividades comemorativas foram planejadas pelo Centro da Mulher Brasileira, Comitê Brasileiro pela Anistia, Sociedade Brasil Mulher e União Brasileira das Mães e deverá se prolongar durante quatro dias. Haverá diversos debates e conferências sobre as lutas femininas no Brasil, movimento feminista atual, creches, jornais femininos e outros assuntos. Também em Belo Horizonte e Bahia haverá comemorações.

O dia 8 de março foi escolhido como Dia Internacional da Mulher, em 1910, durante o 12º Congresso Internacional da Mulher, em Copenhagem. Dois anos antes, naquela mesma data, as operárias de uma fábrica têxtil em Nova York declararam greve e ocuparam a fábrica, denunciando as péssimas condições de trabalho a que eram submetidas e reivindicando melhores salários e redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias. Como represália, os donos da indústria atearam fogo ao prédio e 129 trabalhadoras morreram queimadas. Daí a origem do Dia Internacional da Mulher. (Raquel Moreno)

FEMINISMO

Seriam as mulheres seres concretos ?

E, além disso, seriam historicamente situadas e socialmente determinadas?

Maurice T. Maschino

É moda, hoje em dia, propalar as diferenças. Esta é a maneira que todos têm de não se verem como todo mundo. De cada qual ostentar na lapela um signo distinto: homossexual, louco, ex-detento, ex-analisado, marginal, ex-prostituído. Seria melhor se cada um, seguro do seu direito de ser diferente, não o fosse para agredir o direito do outro. Nem se fechasse em um novo *ghetto*, não vendo que assim, longe de se liberar, acaba por reproduzir a alienação que se quer denunciar. É o caso, entre outros, de certas mulheres. Ou antes — pois há uma certa diferença — de muitas feministas.

Dando-lhes ouvido, a mulher seria menos um ser concreto — historicamente situado, socialmente determinado — do que uma essência ou um dado "natural" onde qualquer mulher — seja qual for sua posição social — teria sua participação. Melhor ainda (a julgar pelo fervor de algumas): uma essência onde todas comungariam. Chefe de empresa ou serviçal, quadro com salário de 5.000 francos ou encarregada da limpeza dos banheiros públicos, "lanterninha" ou professora licenciada, tanto umas como outras, mulheres antes de mais nada, seriam vítimas, como tais, de todas as opressões. Seus interesses seriam idênticos: elas formariam uma "classe" (1) à qual se oporia a dos homens (P.D.Gs. e limpadores de esgotos, lixeiros e ministros...), todos igualmente opressores, falocratas (declarados ou envergonhados), prontos a paternalizar ou a dominar.

Semelhante visão da sociedade nos parece uma aberração.

Primeiro porque ela funda uma situação *particular* sobre uma característica fisiológica. Porque ela reduz o social ao biológico, o histórico ao morfológico: se toda mulher, francesa ou emigrada, burguesa ou proletária, pertence à "classe das mulheres", isso se dá tão somente devido ao sexo. E não devido à sua condição (de explorada-dominada), condição essa partilhada com muitos homens. Ora, fazer do sexo (ou da cor da pele, ou da forma do nariz) um princípio de seleção é próprio do racismo — que nem sempre o feminismo evita, no seu radicalismo.

Raciocinando nos mesmos termos daqueles que elas denunciavam — aqueles para quem uma mulher é uma mulher, um judeu é um judeu — muitas feministas retomam os argumentos criticados: é sempre em termos do sexo (agora tão supervalorizado quanto era depreciado) que elas analisam uma condição que tem, no entanto, outras dimensões.

Essas dimensões as feministas negligenciam de bom grado por esquematizarem excessivamente a análise da sua condição. Obcecadas pela feminilidade, como outros pela negritude, elas extraem do contexto no qual se inscreve tal feminilidade, contexto esse que a especifica, que lhe determina a significação, que lhe compõe a figura, seguidamente trágica ou patética, algumas vezes piedosa ou mesmo odiosa (no extremo: as "cadelas" de Buchenwald ou do Gulag). Figura múlti-

pla que o feminismo — da qual não capta mais que um traço — desfigura.

Se é verdade, por exemplo, que "a mulher operária é mais oprimida do que o operário", não é nada sério pretender que toda mulher, porque mulher, seja oprimida: há as que oprimem, dominam, exploram, e ferozmente.

Mulheres contra mulheres

Questão de caráter? Não somente isso: questão de posição social em primeiro lugar, e de relação de forças. Se a mulher que está no nível mais baixo da escala social é "uma mulher" — exatamente como o operário é um operário —, a mulher dos altos escalões da hierarquia o é muito menos. E, talvez, nem um pouco. Ou, em todo caso, não o é de início. Não exclusivamente. Nem principalmente. Não é a sua feminilidade enquanto tal: é a sua feminilidade revista e corrigida pela sua posição social que determina seu estatuto e regra sua conduta.

Mulheres juízes, mulheres-polícia, mulheres soldado, mulheres-patrão, mulheres das fábricas e das barricadas, mulheres militantes e resistentes (da resistência) teriam o mesmo combate, pertenceriam à mesma "classe"? A feminilidade é o todo da sua condição, seu alfa e seu ômega, ou não seria ela um dado entre outros, integrado a papéis tão diferentes que, longe de uní-las, as opõem?

Mulheres contra mulheres? Sem dúvida, e isso acontece todos os dias, no escritório, na rua, na universidade — nas mil e uma situações da vida onde se afrontam aquelas que têm o poder e as que não o têm, a não ser deveres, as que comandam e as que obedecem (ou revoltam-se); as que pertencem à classe dos donos e as que são oprimidas.

Uma classe onde se encontram também homens. Que podem ser juízes, negros, árabes, franceses e que têm em comum mais o fato de serem explorados que o de serem homens. Pesará menos no comportamento de um deles deixar de ser homem do que mudar de campo (ou de lugar nas relações de produção): seus novos privilégios terão mais peso.

Homens contra homens? Certamente. Mas não porque são homens. Homens contra mulheres? Também. Mas não porque elas são mulheres. Não sistematicamente e, sobretudo, não fundamentalmente. Fátima, minha aluna que um empregado da Prefeitura maltratou grosseiramente, foi injuriada porque é mulher ou porque é Algeriana?

Não se enganar quanto aos adversários

Homem, mulher: quem raciocina nestes termos, que ordena o campo social em função dessas categorias — eminentemente sexistas — se condena a tomar o acessório pelo essencial. A aparência pela realidade. Ou, para ser mais preciso, um dos níveis da realidade pelo seu conjunto. Exatamente como o racista: sabe-se que a "raça" não passa para ele de uma precária razão; que o fundamento da sua atitude

de é mais uma oposição de interesses (qual antisemita não tem seu "bom judeu" que não concorre com ele e não o atrapalha em nada?) do que uma particularidade física, geralmente indistinguível; em uma palavra, que o define por uma "raça" é, em última instância, o desprezo (ou o medo) de uma classe.

O mesmo acontece com a "guerra dos sexos". A feminilidade é o alibi ou uma causa secundária. Ou um mito que exprime — e dissimula ao mesmo tempo — uma outra realidade. Tanto quanto o discurso religioso que, nos séculos passados, traduzia e formava os conflitos de ordem econômica e política, o discurso feminista retoma uma prática social onde as mulheres não são as únicas a serem oprimidas.

Mas isso, precisamente, é seu discurso não diz: tomando a parte pelo todo, refletindo em termos de oposição homens/mulheres o antagonismo dominadores/dominados, ele permanece ambíguo. Positivo à medida que desvela uma situação (a superexploração de muitas mulheres), ele torna-se ideológico — e falso — ao simplificar a situação. Longe de ser "global" — e menos ainda radical — a luta que ele inspira resta parcial e não pode servir de base para transformar a sociedade.

O que não quer dizer que tal discurso seja inútil, na medida que ele pode ser só ser possível às mulheres quando elas mesmas levarem o combate. Mas, seguindo o combate, recusando-se a inscrever a luta numa empresa mais vasta, de transformação do conjunto das relações sociais, elas condenam-na (e a si mesmas) a uma menor eficácia. Quando não, a uma total gratuidade.

Assim são as feministas que pregam o voto nulo. Ou seja, no combate incerto levado pela esquerda, elas dão mais chances para a direita. Sem dúvida, os partidos de esquerda não estão na vanguarda da luta feminista (nem de muitas outras), sem dúvida, eles são o que é. Mas é preciso fazer com. Se nos recusamos a isso, deixamos que os outros façam — e sabemos que, deles, as mulheres (como os homens) não receberão nada além de migalhas.

Se as feministas querem verdadeiramente que as mulheres não sejam mais "domésticas" nem "adornos", é lutando com os homens que elas têm alguma chance de chegar a isso. E não dando as costas uns para os outros (o que é próprio de uma atitude de direita mesmo que se dê na esquerda), firmando pé em posições narcisistas e infantis. A um mês das eleições é tempo de não se enganar quanto ao adversário.

1 - "As feministas radicais frente às eleições" (Movimento nº 123)

2 - Ibid

3 - Cf. a excelente obra de Claude Alzon, "La femme potiche e la femme boniche", Maspero, Paris, 1973, 115 páginas.

datas

DIA DA MULHER

Os grupos femininos de São Paulo convidam todos os interessados para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, a ser realizado no dia 8 de março às 20 horas na Câmara Municipal de São Paulo, viaduto Jacaré, nº 100.

Os grupos responsáveis pela organização da comemoração são:

Associação dos Professores da USP (Adusp)

Associação das Mulheres

Brasil Mulher

Centro de Estudos sobre Saúde (Ces) e

Centro de Desenvolvimento da Mulher

Clube de Mães da Zona Sul

Comissão de Mães em Defesa do Bem-estar

Humanos

Movimento Feminino do M.D.B.

Movimento Feminino pela Anistia

Nós Mulheres

Mulheres: um documento por melhores condições de vida

Durante o encontro comemorativo do Dia Internacional da Mulher, realizado ontem no plenarinho da Câmara Municipal, foi lido aos presentes documento elaborado por diversas entidades, entre as quais a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, o Movimento Feminino do MDB, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira — Setor São Paulo, os jornais "Nós Mulheres" e "Brasil Mulher", o Movimento Feminino pela Anistia, o CEBS — Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, o Grupo de Mães da Zona Norte, Grupo de Mães da Zona Sul, o DCE Livre da USP e o Pró-Mulher.

Nesse documento, analisando quatro tópicos da situação da mulher brasileira, as entidades comentam aspectos do desenvolvimento da luta da mulher por sua emancipação: "Existe no País, atualmente, um clima geral que se caracteriza pela predominância de determinadas forças políticas que expressam os anseios da sociedade brasileira, da qual, nós as mulheres, somos parte integrante" — principia o documento. "E é dentro deste contexto que as entidades organizadoras e os grupos que nos apolam resolveram considerar este dia, 8 de março de 1978 — Dia Internacional da Mulher — uma celebração unitária em que nós, as mulheres, demonstramos nossa firme posição em nos unirmos àqueles que estão empenhados na luta por liberdades democráticas".

Desenvolvendo os temas "A Mulher e a Família", "A Mulher e a Comunidade", "A Mulher e o Trabalho" e "A Atuação Política da Mulher", o texto divulgado pelas entidades apresenta vários aspectos que foram discutidos por três grupos de debate em encontro preparatório realizado no último dia 4.

MULHER E FAMÍLIA

Desenvolvendo o tema "Mulher e Família", o texto afirma que "a função principal das mulheres, na sociedade em que vivemos, ainda é a reprodução, a criação e educação dos filhos que serão futuros trabalhadores. As mulheres, pela realização dos trabalhos domésticos, não recebem qualquer remuneração, mas isso não impede que com este trabalho elas estejam concorrendo para complementar o salário do marido ou companheiro. E apesar de realizarem diariamente este trabalho invisível, mas fundamental para a sociedade, não têm nenhum amparo jurídico, nem são protegidas pelo Estado".

"Neste sentido, reivindicamos:

- Mudança no Estatuto Jurídico Conjugal com relação ao casamento e amparo aos filhos de qualquer natureza; — Amparo legal à mulher sozinha com filhos, de forma a garantir a sua educação e sobrevivência, criando condições para que a mulher participe do mercado de trabalho; — Socialização do trabalho doméstico através da criação de creches, escolas maternas, parques infantis e escolas de 1.º e 2.º grau em período integral com refeições; — Lavanderias e refeitórios públicos nos bairros a preços populares; — Cooperativas de consumo de gêneros de primeira necessidade com preços tabelados. Todos os serviços comunitários deverão ser geridos com a participação e direção dos usuários."

Posicionando-se "contra o programa de prevenção da gravidez de alto risco que o Governo quer impor à população" — o documento afirma que "os riscos gravídicos se constituem em todos os fatores de agravos físicos, sociais e psíquicos durante o processo de reprodução. O bom desenvolvimento desse processo depende de garantias sociais, físicas e psíquicas que a mulher deve ter desde o nascimento (na adolescência, nas etapas de vida fértil, gestação, pós-parto e intergestação). Controlar a gravidez de alto risco significa permitir a toda mulher garantias no processo de reprodução, e não a tentativa de impedir que a mulher engravide. É um direito dela escolher o número de filhos que quer ter em perfeitas condições de saúde" — acrescenta o documento.

"Considerando os depoimentos contraditórios a nível governamental, que não deixam claro o porque do programa de gravidez de alto risco", indaga o texto:

"a) — Não existiria uma intenção de escamotear as dificuldades surgidas em vários níveis da sociedade brasileira?

b) — Ocultar os graves problemas de saúde em nosso País: alta mortalidade infantil, alto índice de doenças infecciosas, falta de saneamento, alta mortalidade materna e desnutrição?"

"MULHER E COMUNIDADE"

Desenvolvendo o assunto "Mulher e Comunidade", e dividindo-o em tópicos, o documento apresentado no Dia Internacional da Mulher analisa da seguinte maneira a questão da saúde:

"O problema da saúde está ligado com o problema da distribuição da renda à medida que as camadas de renda mais alta têm possibilidades de uma boa assistência médica e as de renda mais baixa, não. Nossa posição é a de que devemos lutar para que haja um atendimento da população em termos de medicina preventiva, e saneamento básico, diretamente vinculados à assistência à saúde".

Como solução, são apresentadas as seguintes reivindicações: "Mais e melhores postos e centros de saúde; que a população participe de sua organização; que o Estado assuma efetivamente a assistência médica para que esta atenda às necessidades da população e não aos interesses das empresas privadas da Medicina".

Sobre o tópico "Educação", diz o texto que "é necessário lutar não só para que haja mais creches, parques infantis e escolas, mas que sejam de boa qualidade.

— "No caso das mulheres que trabalham fora, que se cumpra a lei com relação à existência de berçários e creches; — Salários justos para os professores como condição essencial para a melhoria da qualidade do ensino".

Analisando o tópico "Habitação", o documento levanta os seguintes pontos: "Aluguéis muito caros e proporcionalmente mais caros na periferia do que no centro, especulação imobiliária, loteamento clandestinos, falta de áreas de lazer e áreas verdes, saneamento básico e Lei do Inquilinato".

O documento reivindica: — "Reformulação da Lei do Inquilinato e aluguéis mais baixos; — Implantação efetiva do saneamento básico no bairros de periferia; — Que baixem os impostos referentes aos serviços de melhoria; — que o BNH cumpra seu papel de servir à população e não às imobiliárias e construtoras; — Que o Estado proteja os interesses dos compradores de loteamentos clandestinos e garanta um preço justo para as desapropriações".

No tópico transporte, as entidades reivindicam "a organização de um serviço de transporte coletivo assumido pelo Estado e que corresponda às necessidades da população em termos de locomoção e às suas possibilidades financeiras".

Na questão "Segurança", diz o texto que "foi levantado principalmente o problema do medo da população com relação ao aparato policial ostensivo que age violenta e arbitrariamente. Neste sentido, reivindicamos: que os serviços de segurança cumpram a sua função de proteção à coletividade e para que a comunidade tenha meios de controlar, sem coação, a sua atividade".

"MULHER E TRABALHO"

"A mulher é, em sua maioria, uma desempregada em potencial" — diz o documento. "Das mulheres economicamente ativas 32 por cento trabalham em atividades rurais; 16 por cento, como empregadas domésticas; e apenas uma minoria integra o mercado de trabalho nas fábricas, nos empregos do terciário ou como profissionais liberais. Isso significa que a metade das mulheres que trabalham integram-se, em setores onde não existe nenhuma segurança de trabalho, onde nem mesmo a CLT vigora (caso das trabalhadoras rurais e empregadas domésticas)".

Mais adiante, o documento afirma que "o problema da discriminação não se limita às diferenças salariais, mas estende-se a outras questões: a preferência pelo homem na admissão ao emprego; a discriminação contra a mulher casada ou gestante; a demissão, sem justa causa, da mulher que se casa; a dificuldade que a mulher encontra para progredir no emprego e assumir cargos de chefia".

Outro dos "maiores problemas que a trabalhadora enfrenta", segundo o documento, "é a dupla jornada de trabalho, ou seja ela cumpre não só a jornada de trabalho na fábrica, ou onde quer que seja, como também ao chegar em casa, ela deve lavar e passar a roupa, cozinhar, limpar e arrumar a casa, o que implica em outras tantas horas de trabalho".

Concluindo sua análise sobre o tema "A Mulher e o Trabalho", o texto faz o seguinte comentário: "Em fevereiro último, o presidente Geisel aprovou o projeto de lei que modifica a CLT no Capítulo referente à mão de obra feminina. A principal alteração é a liberdade do trabalho noturno e das horas extras para as mulheres. Entretanto, se de um lado é importante a igualdade jurídica entre o homem e a mulher, trata-se de ver, que nesse caso, não se pretende a igualdade na exploração. O cumprimento de horas extras não é uma reivindicação, mas uma consequência dos baixos salários, insuficientes para a sobrevivência do trabalhador e de sua família. E, à medida que o trabalhador ou a trabalhadora passa a cumprir uma longa jornada de trabalho, que deveria ser feita por dois trabalhadores, contribui-se para manter a situação de desemprego atual".

Sobre o assunto, as reivindicações das mulheres são as seguintes: - Para trabalho igual, salário igual; - Estabilidade de emprego a todos os trabalhadores; - Fim da discriminação profissional que impede que a mulher desempenhe certas profissões e impede sua ascensão profissional; - Garantia de aprendizado profissional para as mulheres; - Contra a dispensa, sem justa causa, da mulher que se casa; - Garantia de oportunidade de emprego para a mulher casada; - Garantia de estabilidade de emprego para as mulheres gestantes e lactantes, além do período estabelecido por lei; - Que o trabalho doméstico e a educação das crianças sejam reconhecidos não como uma função exclusivamente da mulher, mas do homem também e de toda a sociedade, devendo, portanto, ser assumidos pelo Estado; - Creches e berçários nas fábricas e nos bairros, como uma reivindicação de toda a classe trabalhadora; - Restaurante e sanitários nas fábricas, com condições dignas de saúde e higiene; - Criação de equipamentos públicos que permitam a redução da dupla jornada de trabalho; - Dispensa remunerada do homem ou da mulher, em caso de doença dos filhos; - Que sejam respeitados os intervalos de trabalho; - Contra os abusos da chefia, consequência da maior submissão da mulher; - Fiscalização das condições de trabalho, feita por uma pessoa eleita por Departamento ou Seção, com estabilidade de emprego durante o mandato; - Ampla participação dos trabalhadores nas decisões referentes às modificações das relações trabalhistas, definidas pela CLT; - Contra o trabalho noturno e as horas extras para todos os trabalhadores; - Pelo aumento geral dos salários".

ATUAÇÃO POLITICA DA MULHER

"A luta das mulheres por sua participação efetiva na sociedade, vincula-se, necessariamente, à luta pela democracia, como condição básica à participação de todos" — diz o documento. "Na defesa de seus direitos, nós, mulheres, nos identificamos com todos os que buscam igualdade e lutam por uma sociedade mais justa."

Encerrando, o documento apresenta como intenção do encontro "iniciar um movimento de coordenação dos diversos grupos de mulheres interessadas na luta pela emancipação feminina e pela democracia".

As donas de casa discutem na igreja

"Que o dia 8 de março não seja uma festa, mas um dia de luta para discutirmos nossos problemas e nossos direitos."

Com esta frase, Aparecida Kopcak, presidente da Associação das Donas de Casa, encerrava ontem à tarde, na igreja Nossa Senhora da Aparecida, na Ponte Rasa, a comemoração do Dia Internacional da Mulher, promovida pela entidade que dirige.

Cerca de 150 donas de casa do bairro e regiões próximas, quase todas pobres e cheias de filhos, largaram seus afazeres domésticos para participar da comemoração. Pelas paredes da pequena igreja, decoradas com "cartazes alusivos à "escravidão da mulher na sociedade" e o significado do dia 8 de março, ecoaram, durante mais de duas horas, as reivindicações de maior participação da mulher na sociedade e vida política do País, melhores salários para os trabalhadores e melhores condições de vida para a população.

"A gente reclamava dos maridos que, chegando em casa à noite, iam beber no bar — discursou empolgada, numa linguagem muito simples, a representante da Associação das Donas de Casa do setor Mauá. Mas a gente só falava dos filhos, só lavava, passava, via TV. Aí, fomos nos unindo e aos poucos perdemos o medo de falar. Tínhamos vergonha de falar errado, mas se falamos errado, a culpa não é nossa mas da sociedade que nos colocou nessa situação."

E sem medo de falar, a dona de casa prosseguiu:

"A mulher do operário é uma heroína porque consegue viver com aquele salário. Então, a gente tem de se unir, tomar consciência dos problemas que nos atingem e assim, ajudar nossos maridos, fazendo com que reconheçam na gente o valor que realmente temos."

A assembleia, como elas preferem chamar, começou às 14h15. Não vieram todas as 300 mulheres que os organizadores esperavam, pois foram impedidas pela chuva que caiu



Dona Maria, 59 anos, 10 filhos: "Que as mulheres consigam levar adiante este movimento de falar com o povo".

intermitentemente durante toda a tarde de ontem. "Mas aqui está o pessoal de base, o que trabalha mesmo, dizia Aparecida. E só o fato de elas saírem de casa e virem até a igreja, já mostra o que conseguimos em termos de conscientização."

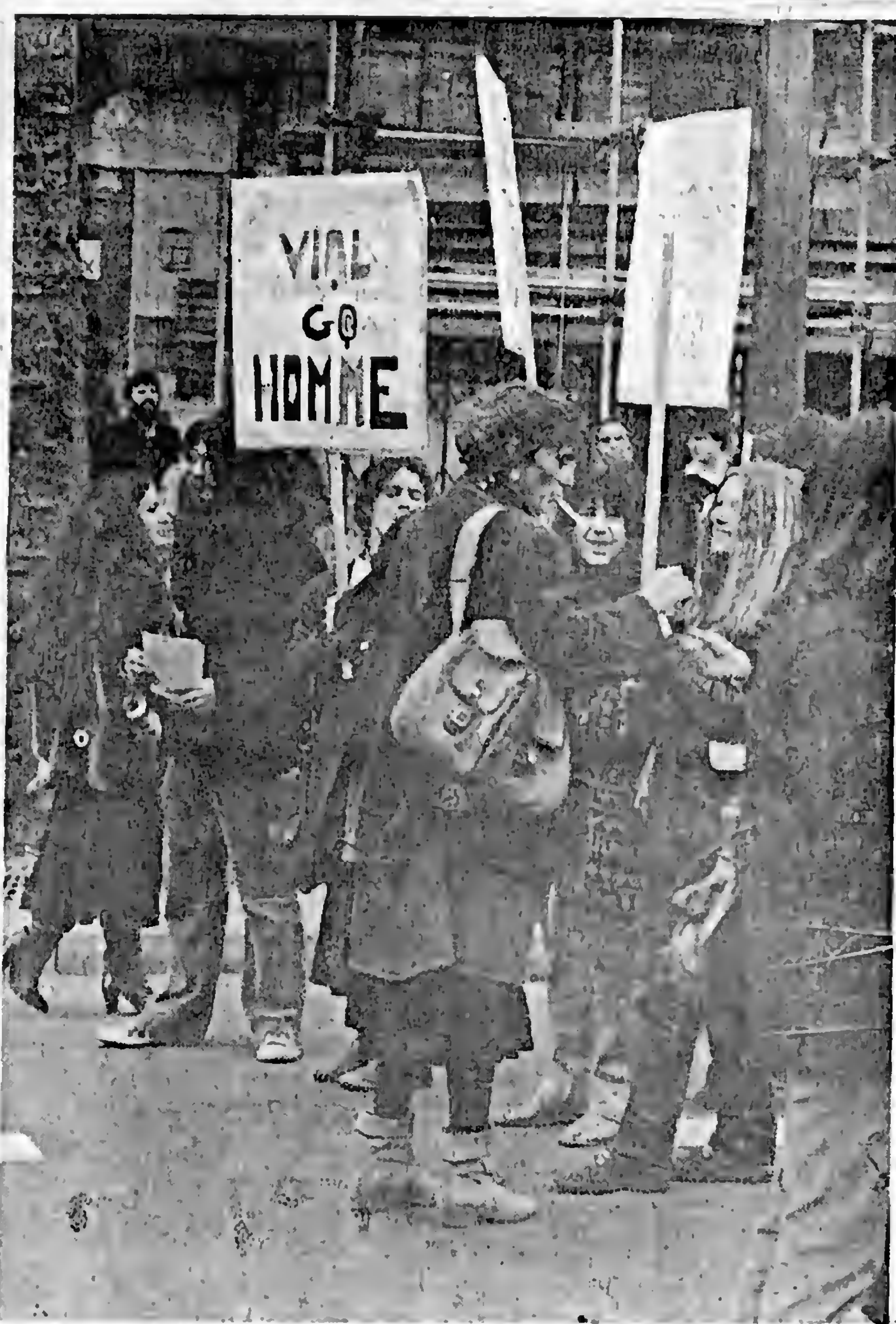
Entre os presentes, estavam também representantes do Movimento do Custo de Vida, de outros setores da Associação das Donas de Casa e membros da Igreja, que apóia e cede suas instalações ao movimento.

A Associação das Donas de Casa existe desde 1967 em Mauá, Santos, Santo André e alguns bairros da Zona Leste. É um movimento que luta para conseguir melhorias para os bairros, elevação do padrão de educação dos filhos e para dar o devido valor à mulher no trabalho doméstico e como ser humano.

As mulheres que integram a Associação parecem conscientes de seu papel. Através de jograis, adaptação de músicas, não se acanharam em denunciar sua condição e os problemas sociais.



Nos cartazes, trechos de Marcel Dassault sobre a mulher.



Fotos: TEREZA CRISTINA COLLIER

Em Paris, as feministas, em número de cinco mil, provocaram os policiais e os pedestres.

Em Paris, política e feminismo

A efervescência política que domina a França, às vésperas das eleições legislativas, contaminou também o movimento feminista, às vésperas de seu dia oficial: 8 de março. Em Paris, toda vestida para a ocasião com cartazes políticos de todas as cores, as mulheres (também de todas as cores) saem às ruas para defender suas posições. Os partidos fazem coro às reivindicações feministas, mas para o movimento das mulheres não é suficiente uma campanha política sustentando a igualdade entre os sexos.

Elas fazem prognósticos sobre os resultados das eleições do próximo domingo: se a direita ganha, haverá uma radicalização da austeridade, a discussão sobre o direito de aborto e a contracepção chegará a um beco sem saída, haverá um aumento no desemprego feminino, enfim, apenas aumentarão suas dificuldades. Se a vitória pertencer às esquerdas, elas prometem não abdicar de suas reivindicações a pretexto de outras prioridades... Qualquer que seja o resultado das urnas, as mulheres militantes pretendem manter viva sua palavra de ordem: construamos nossa força coletiva; juntas teremos coragem para nos impormos em casa, no trabalho, nos partidos nos sindicatos.

E com cartazes, faixas, megafones, panfletos e canções elas percorrem as ruas de Paris. Provocam a ação dos policiais, a curiosidade dos transeúntes e o eventual mau humor dos comerciantes. Em passeata, cinco mil mulheres foram da Place de La Republique até à de la Nation. Pintado nos rostos, o símbolo feminista que não encobre a alegria que sentem por poder gritar abertamente seus slogans. Coisas como: "Não existe socialismo sem a liberação das mulheres. Não existe liberação das mulheres sem socialismo".

A frente, comandando o desfile, a coordenação para a região parisiense dos grupos de mulheres de bairros, empresas, faculdades e liceus. As brasileiras (aproximadamente 100) distribuem um manifesto: "As mulheres (como os escravos) parecem coisas inanimadas, que não sabem o que fazem, como o fogo que queima sem o saber (segundo dizia Aristóteles). Hoje nós festejamos

nossa luta, a tomada de consciência de milhões de mulheres, que não aceitam mais queimar como o fogo sem o saber. Em todas as sociedades de classe, nós, mulheres, temos sempre desempenhado o segundo papel, nas funções de mãe, esposa e empregada. Ignorando nosso corpo, nossa sexualidade, nossa própria vontade, temos vivido para realizar a

felicidade dos outros em detrimento da nossa própria. Chega de ser o segundo sexo. Chega de ser fonte de prazer. Nós, do círculo de mulheres brasileiras em Paris, nos reunimos há três anos para lutar contra nossa opressão comum e levar nossa solidariedade ao movimento feminista brasileiro. Apelamos ao movimento feminista francês e internacional que apóie as mulheres do Brasil".

Atrás da multidão, a vigilância policial. Na Praça da Bastilha, a ação: um grupo de mulheres invade um cinema (é "Emmanuelle" que está em cartaz). Quebram vidros e expulsam da sala os espectadores. Mais adiante, na mesma praça, o cine Bastille exhibe um pornográfico "La Rabatteuse". As mulheres param e gritam sem cessar. Por prudência, policiais formam uma barreira. Melhor prevenir.

Das duas às seis da tarde, do sábado passado, 4 de março, Paris ouviu as expectativas das mulheres de todos o mundo. E era apenas um preparativo para a comemoração (ontem) do Dia Internacional da Mulher.

POR QUE O DIA 8 DE MARÇO?

Em 1857, nos Estados Unidos, no dia 8 de março eclodiu uma das primeiras greves de mulheres. Em resposta, a polícia americana atirou e matou. Em 1910, na mesma data, estabeleceu-se o dia Internacional da mulher, em homenagem ao sangrento episódio ocorrido 53 anos antes. Tal decisão foi oficializada meses depois, em Copenhague (Dinamarca), durante a segunda conferência internacional das mulheres socialistas.

A mulher em evidência na época, era Clara Zetkin, desde então ligada para sempre ao movimento feminista. Nascida em 1857, perto de Lelpzig (Alemanha), morreu em 1933, com 76 anos. Clara filiou-se ao partido social-democrata alemão em fins de 1870 e depois aderiu à corrente conduzida por Bebel e Liebknecht. Foi responsável pela criação (em 1890) do jornal "A Igualdade", do qual foi redatora exclusiva durante quase 25 anos. Em 1907 presidiu a primeira conferência internacional das mulheres socialistas em Paris. No ano seguinte, a direção reformistas do partido impediu que ela organizasse outra. Em 1910, em Copenhague, Clara Zetkin lançou a idéia de um dia internacional das mulheres. Enquanto isso, o seu jornal (inteiramente redigido por ela) é um dos únicos a criticar violentamente a opressão específica das mulheres, dentro do esquema asfixiante em que vivem os trabalhadores.

O APELO FEMINISTA

Atualmente, "Cadernos do Feminismo", "História Delas", "Mulheres em Movimento" e "F. Magazine" são algumas das publicações mais divulgadas entre as feministas parisienses. Os apelos são unânicos: direito à livre disposição do próprio corpo, direito ao aborto e à contracepção (livres e gratuitos); direito à maternidade livre e repúdio à esterilização forçada; direito a inventar a própria sexualidade.

Mas, se até recentemente, o aborto e questões de sexualidade foram as preocupações mais enfatizadas pelo movimento, atualmente o desemprego e melhores condições de trabalho foram transformados em bandeira de luta. As mulheres francesas sentem que são mal-pagas, que são submetidas a agressões sexuais para obter promoções em seus empregos. Elas reivindicam a redução do tempo de trabalho (35 horas semanais) sem diminuição do salário e recusam todas as medidas que procurem devolvê-las "à cozinha", como interpretam a instituição de um salário maternal. Querem a divisão equitativa entre o homem e a mulher das tarefas domésticas e familiares e defendem a criação de equipamentos coletivos (como as creches) nos locais de trabalho. Na França, atualmente, há apenas 42 mil leitos para 2,4 milhões de crianças com menos de três anos de idade. Os problemas da mulher são praticamente idênticos em quase todas as sociedades, independentemente dos regimes políticos e/ou estruturas econômicas. É sempre a questão de impor-se como ser humano, com problemas específicos.

Maria Helena Tachinardi/Paris

No mundo, dia de balanço e luta

O secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, homenageou o Dia Internacional da Mulher, prometendo contratar mais mulheres para trabalhar no organismo mundial.

Mas Waldheim afirmou a um grupo especial da ONU, sobre os direitos iguais para as mulheres que "os resultados obtidos no ano passado foram menos que satisfatórios".

Helvi Sipilä, da Finlândia, vice-secretário-geral para o desenvolvimento social, afirmou que as agências do organismo mundial estavam cooperando na luta para obtenção de direitos iguais para a mulher.

Waldheim informou que tem havido um aumento moderado no número e na proporção de mulheres no secretariado da ONU mas esta tendência não se aplica aos níveis de emprego superiores.

Waldheim acrescentou que gostaria que as mulheres detivessem um entre cada quatro empregos na ONU até o fim de 1980. "Eu acredito que devemos fazer todos os esforços para alcançar esta meta", afirmou.

O secretário-geral informou ainda que estava estudando seriamente uma proposta para que "durante um período de transição, sempre que um homem e uma mulher que se candidatarem a um emprego tiverem as mesmas aptidões, que a preferência seja dada à mulher, principalmente se ela for de um país em desenvolvimento".

Sipilä, que luta há muito tempo na ONU pela igualdade de direitos, falou

em progresso. "Todos os países estão fazendo um esforço para integrar as mulheres. O que importa é dar-lhe uma oportunidade de serem ouvidas. Na África por exemplo, as mulheres estão assumindo novas responsabilidades. Na Costa do Marfim, uma mulher é ministro e o mesmo ocorre no Irã, acrescentou. A Ásia também é ativa, veja as Filipinas, onde as mulheres tradicionalmente encarregam-se do dinheiro da família".

Seu país de origem, a Finlândia, segundo Sipilä, foi líder na luta das mulheres: "Nós fomos o primeiro país a ter mulheres no Parlamento, 19 entre 200 representantes — isto em 1970".

NA ITALIA

Na cidade de Gênova, três policiais foram agredidos por um grupo de 30 pessoas — mulheres em sua maioria — quando tentaram evitar que pichassem um chafariz central com slogans contra o Dia das Mulheres. Os policiais atiraram para o ar a fim de pedir socorro aos outros colegas.

Após a luta, 17 mulheres e três homens foram presos.

Em Bolonha, a polícia desmontou uma bomba colocada diante do prédio de uma organização de orientação matrimonial.

Mais tarde, uma mulher telefonou a uma agência de notícias de Bolonha e disse que a bomba havia sido colocada pelas "Unidades Feministas Armadas". E que o "Centro Católico Leigo" de orientação matrimonial fazia parte de um esquema capitalista "para afastar as

mulheres do mercado de trabalho e fazê-las voltar ao seu tradicional papel familiar".

Denunciando o Dia das Mulheres, a informante declarou: "Formaremos dez, cem, mil unidades feministas armadas para lutar pela liberdade".

EM MOSCOU

Agentes da Polícia de segurança dispersaram rapidamente uma manifestação de mulheres judias diante da Biblioteca Lenin.

A manifestação, organizada por motivo do Dia Internacional da Mulher, que é festejado oficialmente, em Moscou, tinha como objetivo protestar contra a suposta negativa das autoridades soviéticas em permitir que as mulheres emigrem para Israel.

Informações de grupos dissidentes disseram que seis mulheres foram detidas por agentes à paisana.

Outras quatro que pretendiam participar do protesto, foram detidas em suas casas e conduzidas para outros lugares, enquanto outras 23 tiveram que permanecer em seus apartamentos por determinação da polícia.

A manifestação ocorreu perto da escadaria principal da biblioteca, onde os agentes de segurança rebataram cartazes e cercaram o local com barricadas.

FESTA OU PASSEIO

No entanto, as mulheres soviéticas não trabalharam ontem. Receberam presentes de flores ou chocolate e aproveitaram o dia para fazer festa ou passear.

A mulher comemora seu dia lutando pela democracia

Cerca de trezentas pessoas estiveram presentes no dia 8 de março na Câmara Municipal de São Paulo comemorando o Dia Internacional da Mulher. Na ocasião foi lido o documento "Dia Internacional das Mulheres" — por liberdades democráticas", no qual se destaca o tópico sobre a participação política da mulher, que identifica as origens dos problemas vividos pelas mulheres com as mesmas origens dos problemas vividos pelos setores oprimidos da sociedade.

Segundo o documento "a luta das mulheres por sua efetiva participação na sociedade vincula-se, necessariamente, à luta pela democracia, como condição básica à participação de todos". O

documento termina reivindicando liberdade de organização política, partidária e sindical; liberdade de expressão; defesa dos direitos humanos e garantias das liberdades individuais; eleições livres, diretas e secretas e anistia ampla, total e irrestrita.

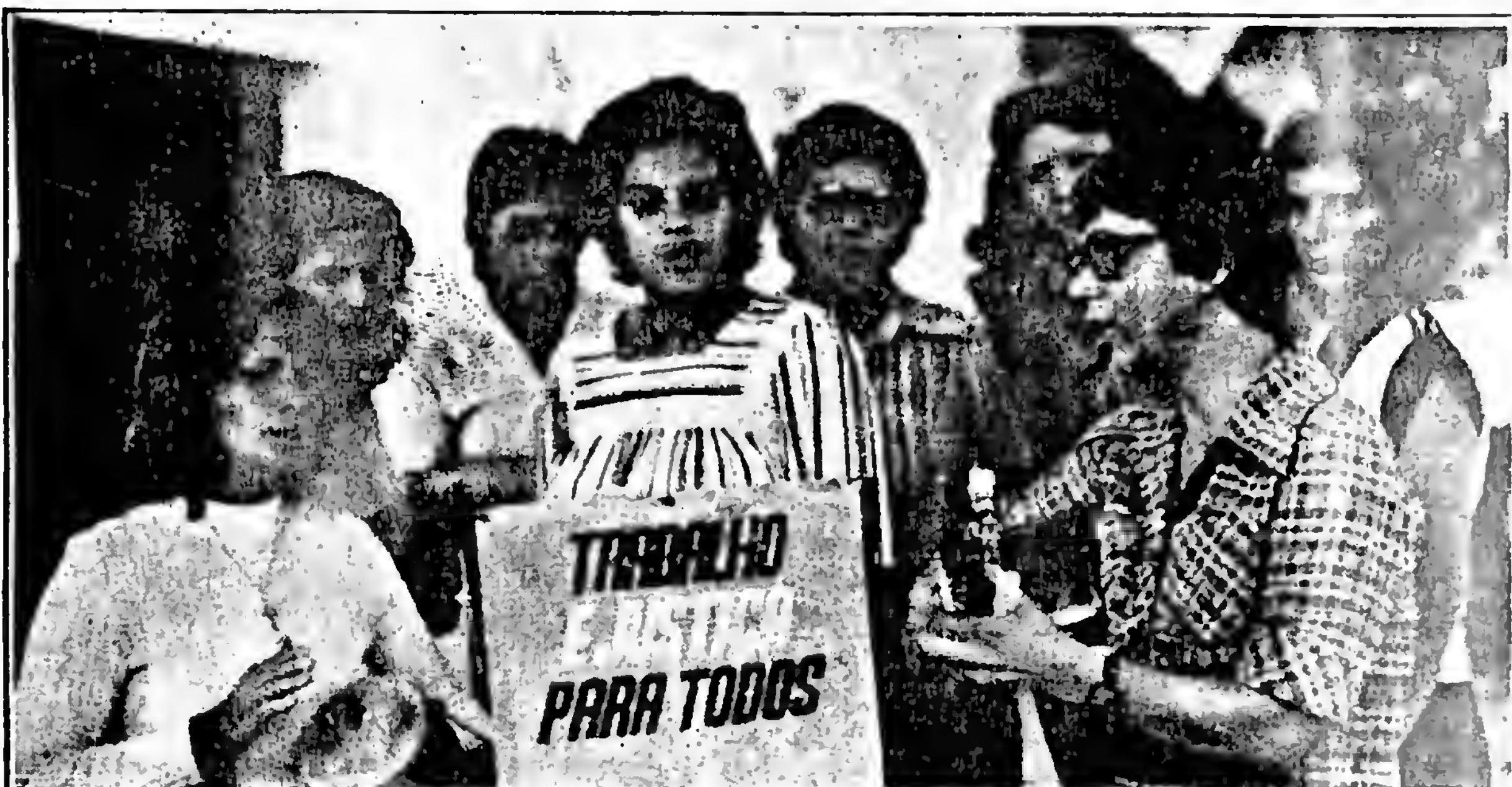
Estiveram presentes ao encontro — presidido por Maria Helena Gregori, representando os Clubes de Mães — representantes da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, dos grupos de mães da Zona Norte e da Zona Sul, e do DCE Livre da USP. A Irmã Maria Stella Sanches Coelho representou a Cúria Metropolitana.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O documento de São Paulo

No último dia 8, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado em três encontros na cidade de São Paulo. Em um deles, foi aprovado um documento com as principais reivindicações femininas

A discussão a respeito dos problemas que a mulher enfrenta no trabalho e em casa não estão, definitivamente, restritos a pequenos grupos ou abnegados. As comemorações em São Paulo do Dia Internacional da Mulher, no último dia 8 de março, constituíram uma prova disto: na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, cidade industrial próxima a São Paulo, por exemplo, quase 200 mulheres estiveram reunidas para comemorar a data. Na igreja do bairro da Ponte Rasa, na Zona Leste de São Paulo, mais de 150 mulheres também se reuniram e discutiram seus problemas, além



O encontro na igreja da Ponte Rasa

de ouvirem um discurso do bispo Dom Angélico Sândalo, da região, e mais os depoimentos de diversas companheiras, entre as quais uma metalúrgica e uma motorista de táxi.

Uma outra característica importante das comemoração deste ano foi o número de entidades que se reuniram para organizar os debates e as reuniões, realizadas durante todo o decorrer da semana. O debate realizado no Tuquinha da PUC, no dia quatro, para discutir problemas da mulher e também para redigir um documento, foi promovido, por exemplo, pelas seguintes entidades: Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Movimento Feminino pela Anistia, Departamento Feminino do MDB, Jornal Brasil Mulher, jornal Nô Mulheres, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, Associação de Docentes da USP, Grupo de Mulheres da Zona Norte, Clube de Mães da Zona Sul, Associação de Donas de Casa, Grupo Pró-Mulher, DCE-Livre da USP e representantes de trabalhadoras. Nesta reunião do Tuquinha foi aprovado um documento, em comum acordo com todas as entidades e participantes, aprovado oficialmente e divulgado no dia oito, numa reunião na sede da Câmara Municipal de São Paulo, constituindo-se no principal documento elaborado durante as comemorações.

A seguir publicamos alguns trechos desse documento:

"Existe no país, atualmente, um clima geral que se caracteriza pela predominância de determinadas forças políticas que expressam os anseios da sociedade brasileira, da qual, nós as mulheres somos parte integrante. E é dentro deste contexto que as entidades organizadoras e os grupos que nos apoiam resolveram considerar este dia, oito de março, Dia Internacional da Mulher - uma celebração unitária em que nós, as mulheres, demonstramos nossa firme posição em nos unirmos àqueles que estão empenhados na luta por liberdades democráticas.

Aqui trazemos, de forma sucinta, nossas posições e reivindicações.

Mulher e Família - 1. A função principal das mulheres, na sociedade em que vivemos, ainda é a reprodução, a criação e educação dos filhos que serão futuros trabalhadores. As mulheres, pela realização dos trabalhos domésticos não recebem qualquer remuneração, mas isso não impede que com este trabalho elas estejam concorrendo para complementar o salário do marido ou companheiro. E apesar de realizarem diariamente esse trabalho invisível, mas fundamental para a sociedade, não têm nenhum amparo jurídico nem são

protegidas pelo Estado. Neste sentido, reivindicamos: mudança no estatuto jurídico conjugal com relação ao casamento e amparo aos filhos de qualquer natureza; amparo legal à mulher sozinha com filhos, de forma a garantir a sua educação e sobrevivência, criando condições para que a mulher participe do mercado de trabalho.

2. Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco - Nos posicionamos contra o programa de prevenção da gravidez de alto risco, que o governo quer impor à população. Considerando os depoimentos contraditórios a nível governamental que não deixam claro o porquê do Programa de Gravidez de Alto Risco, indagamos: a) não existiria uma intenção de escamotear as dificuldades surgidas em vários níveis da sociedade brasileira? Ocultar os graves problemas de saúde em nosso país: a alta mortalidade infantil, alto índice de doenças infecciosas, falta de saneamento, alta taxa de mortalidade materna e desnutrição?

Mulher e Comunidade - Na área de Saúde, nossa posição é a de que devemos lutar para que haja um atendimento da população em termos de medicina preventiva e saneamento básico, diretamente vinculado à assistência, à saúde. Nesse sentido reivindicamos: mais e melhores postos e centros de saúde, que a população participe de sua organização, que o Estado assuma efetivamente a assistência médica.

No setor de Educação é necessário lutar não só para que haja mais creches, parques infantis e escolas, mas, também que sejam de boa qualidade. A existência dessas instituições é fundamental para que a mulher possa ter uma participação efetiva na sociedade.

Na questão da segurança foi levantado principalmente o problema do medo da população com relação ao aparato policial ostensivo que age violenta e arbitrariamente.

Conclusão: para que todas reivindicações sejam concretizadas é necessário que a população lute organizada em torno delas, nas suas comunidades, buscando a união de todos os setores organizados, como os clubes de mães, associações de bairros, igrejas, etc, denunciando a desobrigação dos órgãos competentes e pressionando para que estes cumpram efetivamente os seus encargos.

Mulher e Trabalho - Um dos mais graves problemas da sociedade brasileira é o desemprego. Essa situação de instabilidade profissional é consequência da política econômica e salarial vigente e atinge de maneira profunda a mão-de-obra feminina. A mulher é, em sua maioria, uma desempregada em potencial. Das

mulheres economicamente ativas, 32% trabalham em atividades rurais, 16% como empregadas domésticas e apenas uma minoria integra o mercado de trabalho nas fábricas, nos empregos do terciário ou como profissionais liberais. Isso significa que a metade das mulheres que trabalham integram-se em setores onde não existe nenhuma segurança de trabalho, onde nem mesmo a CLT vigora (no caso das trabalhadoras rurais e empregadas domésticas). Além disso, grande parte das mulheres trabalha lavando roupa para fora, costurando em casa para outras pessoas ou para o setor industrial. Isso reforça sua condição de massa de mão-de-obra disponível. Como em outros países, ela é chamada a integrar o mercado de trabalho em momentos de crise, quando existe escassez de mão-de-obra masculina, quando existe exigências de aumento salarial. Nesse caso, ela substitui o homem em nome da "igualdade", da mesma forma que, passadas as crises, ela é de novo chamada para cumprir seu papel de mãe e de dona-de-casa. É importante compreender, portanto, que a condição de excedente de mão-de-obra da mulher faz parte do conjunto da situação a que a classe trabalhadora se acha submetida.

A mulher ao integrar o mercado de trabalho sofre uma discriminação salarial. Apesar de, por lei, ser proibida qualquer diferenciação por sexo, ou cor, a mulher em sua maioria, ganha um salário menor do que o do homem, quando realiza um trabalho igual, o que também serve para dividir as classes trabalhadoras. Além disso o trabalho da mulher é visto como complemento ao do homem, e não é reconhecido como um direito seu. A imagem da mulher, que nos impõe a sociedade, de esposa, mãe, dona-de-casa, é incorporada pelo trabalho de tal forma, que ela mesma vê em seu trabalho apenas uma complementação ao salário do homem, o que acaba servindo para justificar seu salário mais baixo e a discriminação que sofre pelo fato de ser mulher.

Quanto ao trabalho noturno para a mulher, como existe discriminação salarial para a força de trabalho feminina, sua incorporação ao horário noturno provocará seguramente o rebaixamento dos salários, já tão baixos. É importante lembrar que a proibição de trabalho noturno e a redução da jornada de trabalho são uma conquista do movimento operário. Nesse sentido, sua liberação para a mulher não significa uma conquista, mas um retrocesso. No dizer de uma operária metalúrgica: "não é uma conquista o que não foi reivindicado".

Para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho, para toda a classe trabalhadora, é fundamental que as mulheres se organizem e participem: nos sindicatos; nas associações de bairro, e em grupos de mulheres, onde possam discutir suas questões específicas".

Movimento Custo de Vida está crescendo todo dia

TARCISIO DE SOUZA

"Ofertamos, Ó Senhor, os sofrimentos /
dos pequenos e dos pobres, teus amados, /
dos que lutam à procura do Trabalho, /
das crianças e anciãos abandonados.
Ofertamos a firmeza e a coragem /
dos que lutam em favor dos oprimidos dos
famintos e sedentos de justiça /
e que são por tua causa perseguidos.
Ofertamos Ó Senhor, toda a certeza /
na vitória do amor sobre o pecado /
tua luz há de brilhar, vencendo as trevas, /
sobre o mundo convertido e renovado".
Com este cantico, cantado em coro por cerca de
quatrocentas pessoas presentes na Igreja
de Vila Brasilândia, foi iniciado o lançamento do
abaixo-assinado do Movimento Custo de Vida
na região de Vila Brasilândia.
no ultimo domingo, dia 19.

O Movimento Custo de Vida, como se sabe, é um trabalho iniciado pelos Clubes de Mães, em 1973 e que divulgará no dia 12 de março o abaixo-assinado que está sendo colhido em várias regiões de São Paulo, remetendo-o ao presidente da República e seus ministros, exigindo agora o congelamento dos preços de primeira necessidade; o aumento dos salários acima do aumento do custo de vida e o abono salarial imediato e sem descontos para todas as categorias de trabalhadores.

OS QUATRO "ISTAS"

Após a entoação dos cânticos, foi feita uma encenação por jovens do bairro simbolizando a marginalização dos trabalhadores frente aos "guardiães e detentores dos pães". lembrando trechos e passagens bíblicas:

"Del o pão da vida para todos, mas o homem se recusou a reparti-lo".

"Criei uma terra capaz de produzir alimentos para todos, mas incapaz de satisfazer a ganância de alguns".

Terminada a encenação, o frei Sperandio — do setor Freguesia do Ó — falou aos presentes criticando as formas alienantes e restritas do cristianismo, com a espiritualidade individualista, e voltada para as necessidades imediatas dos pequenos grupos e a espiritualidade estritamente familiar, realçando a participação de todos em uma ação abrangente e comunitária, advertindo ainda contra algumas atitudes "perigosas", como o cultivo de mentalidade providencialista, fatalista, comodista e paternalista.

Frei Alamiro — também do setor Freguesia do Ó — vê a importância do Movimento Custo de Vida como "um espaço político a ser conquistado por todos aqueles que se identifiquem com os legítimos interesses do povo".

O TRABALHADOR E O CUSTO DE VIDA

O presidente da Frente Nacional do Trabalho, Salvador Pires, fez um pronunciamento sobre o trabalhador e o custo de vida:

— Em cada ano que passa nós, trabalhadores, sentimos que o poder de compra dos nossos salários está piorando cada vez mais. Cada vez que vamos fazer compras, sentimos que os preços aumentaram, o que na realidade não acontece com os nossos salários. Até 1966, era de certa forma comum ver trabalhadores que ganhavam salários mínimos e com ele cobriam suas necessidades de alimentação e conseguiam comorar um terreno e mesmo construir sua casinha. Atualmente um trabalhador que recebe salário mínimo terá que gastar 70% do seu valor apenas com sua alimentação pessoal.

Para Salvador Pires não se pode mais suportar um custo de vida tão alto, com salários cada vez mais baixos "onde a política salarial do Governo é quem decide quanto deve ser os reajustes salariais, e não nós trabalhadores, que somos atingidos diretamente. Sentimos na carne o alto preço da alimentação, da habitação, dos medicamentos, da condução, etc., e muitos companheiros não se sentem motivados a questionar para conhecer de perto quem é o responsável por esta situação".



"Nós, da Frente Nacional do Trabalho — disse Salvador — acreditamos que só com a união e a organização dos trabalhadores é que será possível lutar para conseguir melhores condições de trabalho e de vida. Dentre nossos objetivos, citamos as seguintes bandeiras: lutar pela liberdade sindical em busca de um sindicalismo livre e representativo dos trabalhadores, lutar por uma regulamentação do Fundo de Garantia, com estabilidade de emprego, lutar pela modificação da lei de greve, para que ela volte a ser um meio eficaz que dê aos trabalhadores condições de barganha com os patrões.

A Frente Nacional do Trabalho reconhece que o Movimento Custo de Vida está contribuindo de forma positiva no sentido de motivar os trabalhadores a discutir a situação em que vivemos pois "é importante uma participação cada vez maior e objetiva dos trabalhadores, para que, unidos, possamos encontrar uma solução que venha resolver de fato os nossos problemas".

Citando alguns fatos de despejo em áreas rurais, Salvador terminou fazendo um apelo:

— Companheiros: sentimos que para fazer frente a todos esses problemas, é preciso que haja uma modificação na orientação política do Governo. Essa modificação vai surgir atra-

vés da nossa participação, em movimentos como este, que visa buscar uma solução para o problema da alta do custo de vida. São as pequenas ações, baseadas na verdade e na firmeza permanente, que vão conduzir a uma sociedade justa. Mas para isso é preciso ter paciência e ser firme, porque o importante não é ser valente de vez em quando, mas firme o tempo todo, na defesa dos nossos direitos e na busca da justiça."

UMA FERRAMENTA, UM MEIO DE DISCUSSÃO

A vida do povo brasileiro vem ficando a cada dia mais difícil nesses últimos anos — disse o representante da Coordenação da Freguesia do Ó, do Movimento Custo de Vida — pois os salários que recebemos não estão dando nem mesmo para cobrir as despesas essenciais de nossas famílias. "Será que se ficarmos quietos e de braços cruzados conseguiremos baixar o custo de vida e mudar a situação? É claro que não! Precisamos participar e discutir nossos problemas: precisamos nos organizar para enfrentá-lo; e acima de tudo precisamos nos unir e lutar para vencê-los".

O representante da Coordenação da Freguesia do Ó citou a pesquisa feita durante o ano passado, na região, sobre os preços dos alimentos, quando se viu que além de serem altos eles não são nem tabelados e muito menos fiscalizados e que, quanto mais distantes os bairros, mais caros se tornam os preços. E lembrou também as reuniões que foram promovidas em sociedades de bairros, paróquias, clubes de mães e casas de família.

“Nosso esforço, afirmou, tem sido muito grande, pois a participação dos moradores, como a do povo brasileiro de uma maneira geral, ainda não é das maiores devido a inúmeras limitações existentes. No entanto as dificuldades estão sendo vencidas e os resultados alcançados até agora começam motivar cada vez mais pessoas

para o trabalho. Por tudo isso, hoje, ao lançarmos na região o abaixo-assinado contra a carestia, juntamente com o Setor Igreja da Vila Brasilândia e com a Frente Nacional do

Trabalho, achamos importante dizer que ele é uma ferramenta para nosso trabalho; um meio de discussão e de participação do povo, e principalmente um instrumento muito útil na nossa luta por melhores condições de vida”. E finalizou:

— Sendo assim, conclamamos a todos aqui presentes para que apoiem e participem ativamente do Movimento Custo de Vida, já que o compromisso que todos nós estamos assumindo neste momento, deve ser ampliado para nossos vizinhos, nossos companheiros de trabalho, e nossos conhecidos, para que possamos ter força na luta: pelos nossos direitos de participar de tudo que nos diz respeito! Pelos nossos direitos de ter uma vida melhor!

CUSTO DE VIDA E SALÁRIOS: NÃO HÁ QUEM OS SEPRE

Por sua vez, um representante da Comissão Central do Movimento Custo de Vida, depois de fazer um pequeno balanço das atividades, afirmou que o custo de vida e os salários “estão tão bem casados que não há quem os separe” e salientou a ineficácia de se lutar por melhores salários quando não se contém o aumento do custo de vida.

Um representante do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica — PUC, falando rapidamente afirmou que “lutar contra o custo de vida é lutar por melhores condições de ensino, pois as mães têm que comprar material escolar, roupas e ainda pagar as taxas das APMs — Associação de Pais e Mestre.

Enquanto eram distribuídos os abaixo-assinados aos representantes da região — em sua maioria donas-de-casa — eram também colhidas as assinaturas dos presentes, ao som de música sertaneja, executada no alto.

O curioso

— Encenação de um processo de abaixo-assinado sobre o CUSTO DE VIDA.

(Toca a campainha)

MARIA: Pedro, abre a porta.
PEDRO: Quem é?

COMISSÃO: A gente queria falar com sua mãe e seu pai.

PEDRO: Mãe, é com você.

— O que é? Eu não vou comprar nada não...

COMISSÃO: A sra. está sabendo do abaixo-assinado ao presidente da República para abaixar o custo de vida?

MARIA: Não, na televisão, nem no rádio, não ouvi nada não.

COMISSÃO: Pois é. Estamos fazendo um pedido ao presidente. Queremos abaixar o preço das coisas e aumentar o salário. Vimos pedir a sua assinatura e a de seu marido.

MARIA: Zé, vem cá. Tem um abaixo-assinado aí.

COMISSÃO: Boa tarde, seu José. Estamos fazendo um pedido ao presidente. Queremos abaixar o preço das coisas e aumentar o salário. Vimos pedir a sua assinatura e a de sua mulher.

ZÉ: Ué! Quem tá fazendo isto?

COMISSÃO: Nós, os trabalhadores e moradores da periferia.

ZÉ: Mas quem resolveu fazer isto?

COMISSÃO: O povo. No ano passado um pessoal da Zona Sul fez um abaixo-assinado ao presidente. E este ano vamos fazer na cidade toda. Um milhão de assinaturas.

MARIA: Fique quieto, menino. Deixa seu pai conversar...

COMISSÃO: O sr. não quer assinar o abaixo-assinado? A gente pode ler junto, agora.
ZÉ: Tá, vamos entrar.

COMISSÃO: Com licença.

MARIA: Abaixa a TV, filho.

COMISSÃO: (começa a ler até o 2.º parágrafo). O sr. não acha que isto é verdade?

MARIA: Se é! Nós estamos que nem o papel fala. Todo mundo tá esperando o dia 10 e hoje ainda é dia 1.º.

COMISSÃO: Ah! É isto mesmo. (Continua a leitura no parágrafo 4) O que o sr. acha disto?

ZÉ: Eu queria estudar, mas comecei a trabalhar desde menino e não deu, né.

MARIA: É. A gente mora longe, onde não tem asfalto nem esgoto. Quando chega o asfalto, o esgoto e a luz, sempre a gente tem que mudar.

COMISSÃO: (Lê até o parágrafo 6) O que o sr. acha disto?
ZÉ: Epa! Isto não é contra o governo?

COMISSÃO: É a favor do povo. É contra os preços altos das coisas e o preço baixo dos salários. Veja o que estamos exigindo.

MARIA: Veja, Zé. Então vamos assinar.

ZÉ: Filho, pegue a caneta do papai!

CIDA TEIXEIRA

do Clube de Mães Cidade Pedro José Nunes — Região de S. Miguel Paulista.

O abaixo-assinado

A S. EXCIA. O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA
AOS EXMOS. SENHORES MINISTROS
AS DEMAIS AUTORIDADES

Nós, abaixo-assinados, moradores da Grande São Paulo, resolvemos tomar juntos uma atitude diante das dificuldades que estamos passando.

Hoje em dia, o problema mais sentido por todos é a alta do custo de vida. Isso porque os salários e os pequenos rendimentos do povo sobem pela escada, enquanto o custo de vida está subindo pelo elevador. Com isso, cada vez mais o dinheiro acaba antes do fim do mês, embora todos trabalhem tanto quanto antes ou até mais.

Muitos não ganham o suficiente nem mesmo para uma boa alimentação e muitos em idade escolar são obrigados a trabalhar mais cedo, prejudicando os seus estudos.

Porém, o custo de vida não é apenas o preço da alimentação. É também tudo o que se gasta com problemas de moradia, condução, falta de escolas perto de casa, saúde, falta de água encanada e esgotos, e assim por diante. Além disso, todos nós, como seres humanos, temos direito à recreação, ao descanso, e a tudo que enriquece nossa vida e nossa cultura. E isso custa dinheiro.

Sabemos também que a grande maioria dos que trabalham na lavoura está em dificuldades porque as terras estão passando cada vez mais para as mãos de uns poucos, e o que nelas se planta, em grande parte, não se destina para a nossa alimentação e sim para a exportação, o que encarece ainda mais a nossa vida.

Porém, se essa situação que vivemos é injusta e nos tem prejudicado, existem uns poucos que estão lucrando com isso, e decidindo tudo. Somos nós que construímos o País e por isso temos o direito de melhorar de vida, de ter respeitadas nossas opiniões e de participar nas decisões sobre o que deve ser feito para resolver os problemas que estamos enfrentando. Se a situação chegou a esse ponto é porque nossos direitos não estão sendo respeitados.

O que estamos exigindo agora é parte deles:

- congelamento dos preços de primeira necessidade
- aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
- abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores.

As mulheres e os trabalhadores

Apreiei muito conhecer a opinião das mulheres que formam respectivamente o CPMB (Centro de Pesquisas da Mulher Brasileira), BM (Brasil Mulher) e NM (Nós Mulheres), publicadas em matéria de **Movimento** no dia 27 do corrente, ilustradas com a entrevista de Heloneida Studart sobre as condições atuais da mulher chinesa. Depois de ler aquela reportagem, conclui que já existem no Brasil, lideranças feministas capazes de fortificar a luta dos trabalhadores em prol das mudanças estruturais que se fazem necessárias na sociedade brasileira.

Da mesma forma que as mulheres que acabam de expressar sua opinião sobre os objetivos da luta feminista pela igualdade de direitos e deveres entre os sexos, também considero que a emancipação feminina é sinônimo de luta contra o atual sistema de produção, cuja ideologia é responsável pela marginalização da classe operária e a manutenção da mulher trabalhadora na condição de sub-classe.

Se bem considere que os atuais grupos feministas do Brasil estejam atuando de forma mais ou menos acertada separadamente, creio necessária a unificação de todos em

torno das reivindicações maiores, partindo da formação de uma Frente de Libertação Nacional, cujo programa possa, em futuro imediato, satisfazer as aspirações das maiorias marginalizadas. Acredito que as mulheres brasileiras já possuem, na realidade, condições necessárias para encetar a luta dos trabalhadores contra a atual super-estrutura ideológica. Essa mesma super-estrutura tem justificado, também, através dos séculos, a opressão sofrida pela mulher em todas as partes do mundo.

Portanto, constituindo-se a mulher na grande maioria nacional, nada mais justo e lógico do que proceder a unificação das frentes feministas já abertas na conjuntura, para ganhar a guerra que historicamente vêm perdendo pela falta de unidade em torno da sua própria causa. Entendo que quando se propõe o câmbio de turno presidencial com algumas perspectivas de redemocratização, as idéias utópicas devem ser relegadas a um segundo plano, para que a mulher brasileira possa impor, desde uma organização forte e sadia, a ideologia das maiores dentro do processo.

Helena Quadros (jornalista)
São Paulo - Capital

Movimento Custo de Vida continua somando forças

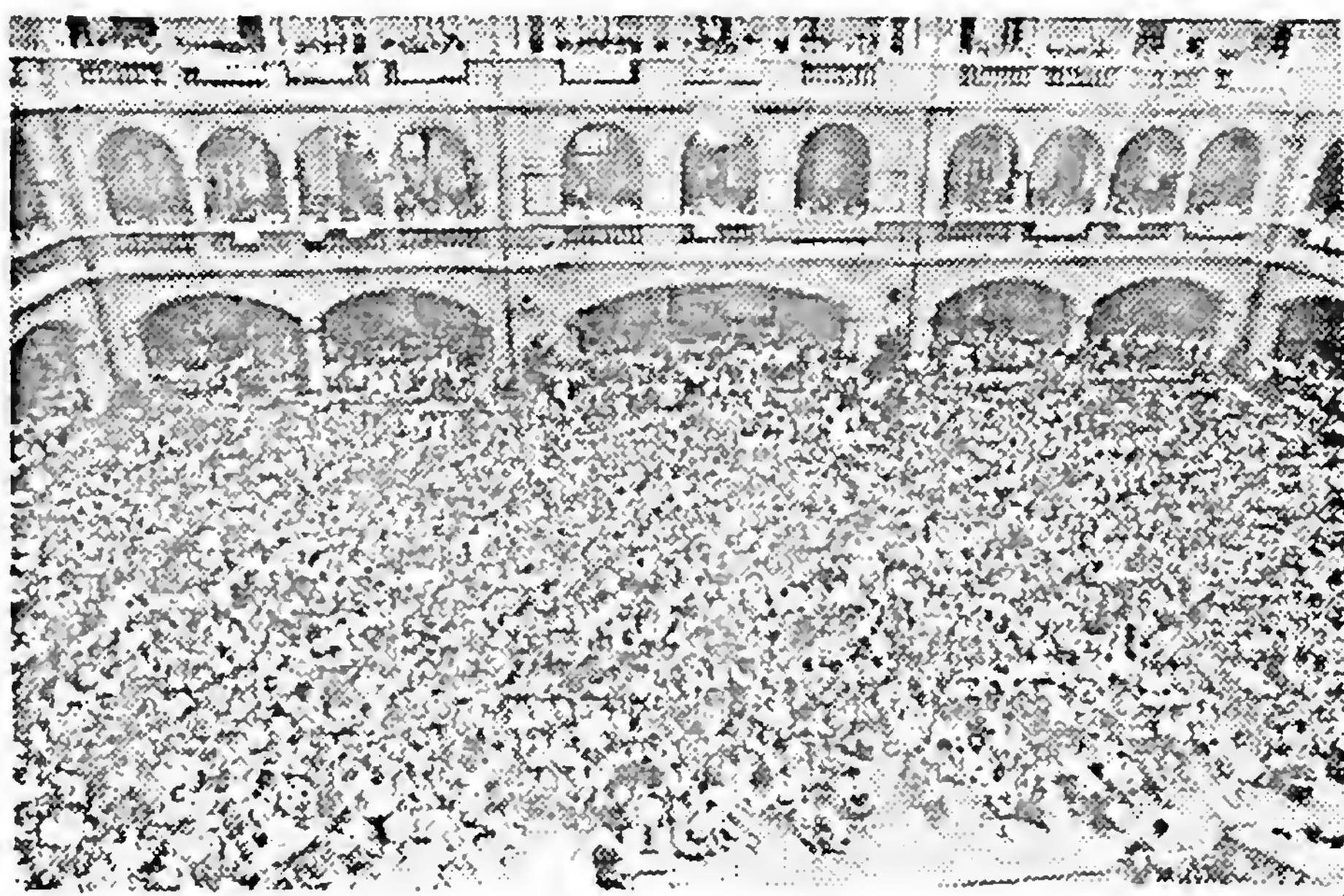


Foto de LUIZ NOVAES

Cerca de cinco mil pessoas reuniram-se na tarde do último domingo, 5 de março, no pátio do Colégio Arquidiocesano, para o lançamento do abaixo-assinado do Movimento Custo de Vida, que pede o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento salarial acima do aumento do custo de vida e um abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores.

Na segunda-feira (dia 6), já começaram as primeiras manifestações das autoridades, se bem que nada animadoras: o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen declarava ser favorável a qualquer movimento contra o custo de vida "mas é contra soluções que gerem maior pressão inflacionária". Sobre como conter a alta do custo de vida o ministro disse que "se me mostrassem como fazer, eu gostaria. E quem me dera fazê-lo". E disse mais: "Antes eles têm que me provar que dois mais dois são oito".

O ministro João Paulo dos Reis Velloso, da Secretaria de Planejamento afirmou "que nem Deus daria conta de controlar a inflação no Brasil se o governo desse abono salarial não compensado para os trabalhadores e congelasse os preços dos produtos alimentícios". Um terceiro ministro, Alisson Paulinelli, da Agricultura, vê méritos na campanha contra o custo de vida, mas afirmou que "é inviável congelar os preços dos alimentos enquanto não for neutralizado o aumento constante dos fatores de produção".

Como se pode ver, a coisa não vai ser fácil. Mas o lançamento do abaixo-assinado foi assim:

A reunião estava marcada para as duas horas da tarde, mas bem antes disso já havia gente no Colégio Arquidiocesano. As pessoas iam se instalando no pátio interno do colégio e nos corredores dos andares superiores. No pequeno palco instalado, um grupo tocava e cantava algumas músicas dando tempo para que o pessoal acabasse de chegar:

"Povo desorientado é povo controlado para obedecer através da propaganda pra quem vende e quer comprar.

Que se há de fazer?

Há sim, há muito que fazer".

Pelo microfone, a coordenação do Movimento lembrou que aquela era uma manifestação pacífica, pedindo que cada um se tornasse responsável por isso e disse que não haveria manifestações de rua, na saída, de jeito nenhum, conforme era o desejo de algumas pessoas e alguns grupos.

A reunião começou com a apresentação de um jogral, formado pelo pessoal da Vila Brás e da Faculdade de Ciências Sociais da USP, que apresentou um histórico do Movimento Custo de Vida e com a narração de um jogo de futebol entre o Salário-Mínimo e o Custo de Vida. Depois disso foi apresentada a coordenação geral do movimento e os vários setores ali representados. E foi então que começaram os depoimentos.

"TRABALHADORES DEVEM SE UNIR"

Foram cinco os depoimentos feitos no domingo: um operário, uma dona-de-casa, um estudante, o presidente da Frente Nacional do Trabalho e o representante da Igreja, dom Mauro Morelli.

Segundo o operário, de 65 a 77 o poder de compra dos salários se desvalorizou em 63%, sem contar os aumentos elevadíssimos que sofreram alguns gêneros de primeira necessidade como o feijão (439%), batata (400%) e o açúcar (322%):

— Para fazer frente a este aumento, os operários são obrigados a trabalhar as famigeradas horas-extras, a colocar suas mulheres e seus filhos no trabalho. Nas fábricas, as injustiças aumentam: operadores de máquinas ganham como ajudantes, mas trabalham como profissionais. A produtividade aumentou, de 65 até hoje, cerca de 200%, o que demonstra que a renda nacional cresceu e se concentrou nas mãos de poucos. É hora do trabalhador ter mais participação e se unir nas fábricas e nos sindicatos para lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

A dona-de-casa, representando todas as donas-de-casa do movimento, disse que as reivindicações são claras e justas:

— Todos os dias temos que pagar comida, aluguel, condução, impostos, gás, luz e água. Onde poderemos pechinchar, e com quem, acerca disto tudo? Quantos de nós não têm remédio para cuidar de uma doença qualquer? Não é questão de pechincha, é o salário que não dá. Nos campos a situação também não é das melhores. O lavrador não é dono da terra e só planta o que serve para exportação. Enfim, em todas as partes vemos o mesmo quadro: muitos ganhando pouco e uns ganhando rios de dinheiro.

SOMANDO FORÇAS

Um estudante, representando os diretórios centrais dos estudantes da PUC e da USP e os centros acadêmicos de outras escolas:

— Sabemos muito bem que os problemas que temos enquanto estudante — falta de verbas para a educação, as péssimas condições de ensino, o aumento do preço do material escolar, o avanço do ensino pago — têm a mesma origem que as péssimas condições de vida a que está submetido o trabalhador. Pois é o mesmo regime que oprime todo o povo, que mantém os sindicatos atrelados e controlados pelos pelegos,

que prende nossos companheiros, que impõe o arrocho salarial, que permite e incentiva a utilização dos nossos recursos naturais, não em benefício dos interesses populares, e sim em benefício das grandes empresas multinacionais. Que incentiva, por exemplo, que o Brasil plante e exporte mais soja, enquanto o feijão some da mesa do trabalhador.

— Estamos aqui, prosseguiu o estudante, somando forças, porque sabemos que só com movimentos como este, independente do controle do governo, aglutinando o povo que é explorado e oprimido, conseguiremos avançar rumo a uma sociedade justa. Só movimentos como este conseguirão acabar com a carestia, com o arrocho salarial, com as péssimas condições de ensino, de moradia e saúde do nosso povo.

LIBERDADE SINDICAL E DIREITO DE GREVE

A política dos salários nos é imposta pelo governo, disse o representante da Frente Nacional do Trabalho, e não serve aos interesses do trabalhador. Por isto, de forma organizada e unida, devemos lutar pela liberdade sindical, pela regulamentação do Fundo de Garantia e a estabilidade, pela revisão da lei de greve para dotar o trabalhador deste grande instrumento de participação. O trabalhador deve lutar para a plena participação na construção do Brasil e na aferição das riquezas que nós produzimos.

O representante da Frente Nacional do Trabalho lembrou a grande dificuldade porque passa os homens do campo, citando os recentes casos de Pedro de Toledo, Paracatu e Alagamar, onde várias famílias foram despejadas de suas casas, de suas terras. Algumas dessas famílias moravam há mais de trinta anos nestas terras e foram expulsas pelos métodos de sempre: cerca de arame farpado e patas de boi em suas roças.

O importante, finalizou, não é ser valente de vez em quando, mas firme o tempo todo.

Leia e divulgue O São Paulo

Dom Mauro Morelli falou em nome da Igreja e em nome de todos os bispos de São Paulo — dom Paulo, dom Celso, dom Luciano, dom Joel, dom Benedito, dom Francisco e dom José Thurler, e fez um agradecimento especial aos irmãos maristas, que cederam o colégio para a realização da reunião, lembrando que a escola também sofre agitações, pressões de todos os tipos que nós sabemos muito bem como são:

— Mas a casa da Igreja tem que ser ocupada pelo povo.

— Estou aqui, disse dom Mauro, por vários motivos e um deles é porque eu sou gente e também vou na feira e sei como subiu o custo de vida. Estou aqui também porque a própria Bíblia mostra que Jesus falou: "Eu vim para que todos tenham vida"; "Eu tenho pena do pobre", e "Com um salário irrisório não se pode viver".

— Eu fui a primeira voz que se levantou contra o aeroporto de Caucaia: não se pode construir um aeroporto de luxo enquanto três milhões de pessoas vivem uma vida miserável na periferia.

Mas por que a Igreja apoia este movimento? perguntou dom Mauro, para responder em seguida que na Conferência de Medellín foi decidido que anunciar o Evangelho na América Latina é lutar pelo bem comum e "este movimento é o direito do povo participar e sem participação o Brasil não tem futuro".

Leia e divulgue O São Paulo — Leia e divulgue O São Paulo — Leia e divulgue O São Paulo. — Leia

Segundo dom Mauro, o cardeal Paulo Evaristo Arns teria feito a ele um pedido especial, no sentido de mostrar a relação que existe entre o Movimento Custo de Vida e a Campanha da Fraternidade que está sendo levada em todo o País com o tema "Trabalho e Justiça para todos".

— Compromisso, disse dom Mauro, todos temos e existem uma série de compromissos, mas o nosso compromisso é com a Nação e não com o Governo.

Quero lembrar, finalizou dom Mauro Morelli, que os responsáveis pelo custo de vida não é só o Governo, mas são os bancos também, que tiveram lucros fabulosos no ano passado; são aqueles que estocam alimentos; são aqueles que consomem desnecessariamente quando a ganância nos domina e somos tomados pela volúpia do consumo.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data: 18-24 / 03 / 1978
Pág. 4

Pasta n.º
N.º do recorte 0248.1

A REUNIAO TERMINA, O MOVIMENTO CONTINUA

As autoridades, entidades e representantes de bairros e comunidades presentes foram chamadas para a assinatura do abaixo-assinado. As autoridades eram apenas alguns deputados e vereadores do MDB.

Enquanto isso, no Ginásio do Ibirapuera, outras autoridades presenciavam a festa de aniversário do plenário das Sociedades Amigos de Bairro. Lá, cerca de 30 mil pessoas, transportadas gratuitamente por 600 ônibus da CMTC, assistiam as apresentações de Vanuza, Moacir Franco, Vanderlei Cardoso, Agnaldo Timóteo e Clara Nunes. As autoridades presentes, entre elas o prefeito Olavo Setúbal, não quiseram se manifestar sobre a coincidência dos horários da festa e da reunião do Movimento Custo de Vida.

No Colégio Arquidiocesano a reunião terminou com todos cantando a "Asa Branca", de Luiz Gonzaga. Mas o movimento não terminou: o abaixo-assinado continua correndo pela cidade, grupos discutem o custo de vida, nas fábricas e nos bairros e se preparam para a próxima reunião, em agosto, quando será escolhida uma comissão que irá até Brasília entregar o abaixo-assinado às autoridades.

Revisão dos direitos da mulher que trabalha

(PROFA. SÍLVIA PIMENTEL, DA PUC)

Dia 8/3 comemorou-se o DIA INTERNACIONAL DA MULHER. É oportuno refletir sobre o trabalho feminino. Sem dúvida, é, através do trabalho, que a mulher dá passos decisivos na sua participação e integração na vida social.

Um Projeto de lei que altera o capítulo da CLT relativo à proteção do trabalho da mulher, foi recentemente encaminhado ao Congresso Nacional. Ora, uma lei desta importância não pode vir de cima para baixo, de forma paternalista. É preciso que a comunidade trabalhadora, os sindicatos e associações abram amplo debate. Este assunto deve interessar particularmente à mulher trabalhadora que tem direito de se fazer ouvir.

DISPOSIÇÕES GERAIS

"Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este capítulo". Assim começa o artigo 372 do Projeto, repetindo a lei existente. O Projeto novo tem acréscimos também: Igualdade de oportunidades, formação profissional, anulação de contratos de trabalho ou regulamentos que discriminem por motivo de sexo ou estado civil da mulher.

Estas novidades, contudo, não são tão grandes assim. A Constituição — nossa lei mais importante — já proíbe a diferença de salários ou de critérios de admissão por motivo de sexo. A própria CLT já determinou que "a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo".

Além disso, as penas impostas aos infratores por discriminação da mulher, são apenas multas em dinheiro. Nada indica que nossa lei "um pouco melhorada" terá maior eficácia do que as outras já existentes e com as quais se parece.

A LEI, ORA A LEI...

É um fato que muitas igualdades, estabelecidas por lei, não têm nenhuma aplicação na realidade. Dizia Capistrano de Abreu que "temos uma legislação quase perfeita; só nos falta uma lei: a que mande cumprir todas as ou-



tras". Por outro lado lamentando o desrespeito geral às nossas normas, Getúlio Vargas exclamava: "a lei, ora a lei".

As normas estabelecidas pelo novo projeto de lei parecem-nos de pouco valor e muito "efeito". Se não se fazem acompanhar de condições que obriguem sua aplicação, as normas simplesmente não existem.

Por exemplo, qual o valor das leis que impedem a discriminação salarial contra as mulheres? Pesquisas mostram que a mulher recebe salário muito menor do que os homens, por igual trabalho. Não se tem notícia de sanções contra os violadores dessa situação. Glauro Vasques de Miranda calculou o salário dos profissionais liberais baseado no Censo Demográfico de 1970. Sua conclusão? O salário médio dos ho-

mens era Cr\$ 1.123,70, o das mulheres era de apenas Cr\$ 421,06. Os homens, em mesma situação profissional que as mulheres, recebiam em 1970 quase o triplo do salário delas. No Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema o DIEESE, comprovou que a metade dos trabalhadores masculinos recebe o dobro do salário da metade das trabalhadoras.

TRABALHOS PROIBIDOS

Está proibido o trabalho feminino nos subterrâneos, minerações, pedreiras, obras de construção e atividades que possam provocar doença. Contudo, a "grande novidade" é que o novo Projeto de Lei "permite" que a mulher trabalhe na construção civil.

Vale ressaltar algumas coisas: primeiro: em 73 foi empregada em obra feminina em Brasília. Na condição civil. A lei foi "ajeitada" pelas condições do mercado de trabalho. A mão-de-obra masculina estava escassa no setor. Se tantas vezes a situação não se amoldava às condições nem sempre favoráveis ao trabalhador, então, as condições levaram aquele que fez nova a impedir o trabalho feminino em obras de construção pública ou particular? A lei impede atividades em condições desfavoráveis à mulher. Só que há atividades que se enquadram na classificação "desfavorável" com muita frequência, como é o caso dos trabalhos de acabamento em construções.

Além disso, por que só a mulher está proibida de exercer atividades perigosas e insalubres? Deveriam ser levados em conta a capacidade, o equilíbrio psicológico, neurológico, condições psicomotoras, de qualquer pessoa que exerça essas atividades. A rigor, qualquer pessoa humana — homem ou mulher — deveriam ser permitidas a exercer essas atividades perigosas ou insalubres.

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

É preciso analisar com cuidado as disposições especiais sobre a duração do trabalho, período noturno, período de licença à maternidade, creches. Analisar também as penalidades aos violadores. A proposta nova do Executivo sobre esses assuntos tem um progresso apenas.

As creches, por exemplo, ainda não resolvem o grande problema de garantir à mulher o direito de apenas 6 meses de licença de permanência do filho na creche. Depois disso, ela deixará a criança depois do período? E a educação, socialização, formação, tão valorizada pelas mais modernas conclusões da pesquisa educacional?

É também lamentável que o direito de trabalho ao menor, seja facultado apenas ao pai — e não à mãe — o direito de pleitear a rescisão do contrato de trabalho do maior de 18 e menor de 21 anos.

O estudo pormenorizado dessas disposições especiais, supera os limites deste artigo: sua referência indica a necessidade de estudos posteriores e análises mais aprofundadas.

**“Enquanto a produtividade crescente
não for controlada pelos próprios
indivíduos, a emancipação econômica
e cultural das mulheres só lhes dá uma
parte igual no sistema do trabalho
alienado.” (Marcuse)**

A oposição homem-mulher é a história da patriarcal. Este conceito retoma a idéia central de Marx quanto à relação inseparável entre a história da natureza e a história do homem e à maneira pela qual o Capitalismo a transforma em uma “catástrofe irracional”. Não trata mais de uma comunhão entre o homem e a natureza como quando Marx diz: “o homem vive da natureza; significa que a natureza é seu corpo com o qual deve manter um processo constante para não morrer. Dizer que a vida física e intelectual do homem está indissoluvelmente ligada a si mesma porque o homem é parte da natureza.” Na sociedade capitalista o trabalho é a atividade imposta ao homem pela divisão social do trabalho. Qualquer estrutura social de divisão do trabalho que não leve em conta as aptidões e necessidades do indivíduo ao que lhe assinalar funções acorrenta a atividade a forças econômicas exteriores. O homem não pode escolher seu trabalho pois este lhe foi prescrito por sua posição no processo social de produção: “conseqüentemente, diz Marx, o trabalhador só tem a sensação de estar consigo mesmo quando está fora do trabalho e quando está em seu trabalho se sente fora de si (...). Seu trabalho não é, pois, voluntário mas imposto: é trabalho forçado. Isto significa, antes de mais nada, que o trabalho é exterior ao trabalhador, isto é não pertence ao seu ser; conseqüentemente o trabalhador não se afirma em seu trabalho mas nega-se; não se sente à vontade mas desaventurado, não realiza uma livre atividade física e intelectual mas sim martiriza seu corpo e arruina seu espírito.”

Tal contradição resulta de um ato violento com relação à natureza: ao querer abrigar-se da ameaça que representa a natureza, o homem a submete cada vez mais à sua dominação. O desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista realiza a absoluta dominação da natureza e redundará na dominação dos homens pelos homens para desembocar na dominação da natureza interior ao homem. Assim, a Razão que quer conhecer a natureza libertando-se do mito termina, segundo Adorno e Horkheimer, em combinação do intelecto com a natureza de tipo patriarcal: “O intelecto que vence a superstição deve ser o senhor da natureza desencantada”.

A dominação masculina com respeito à mulher é um dos capítulos da dominação do homem com relação à natureza. O desenvolvimento das mulheres foi determinado e limitado pelas experiências próprias à sociedade antiga, feudal e burguesa como também pelas necessidades especificamente masculinas. Na dicotomia masculino-feminino subsiste, porém, o ser humano, comum aos indivíduos homem e mulher, o ser humano cuja liberação e desalienação estão para ser conquistados.

O movimento de mulheres (pela natureza de sua opressão) é portador da negação dos valores de exploração e de repressão próprios à civilização patriarcal: negação dos valores agressivos e produtivistas que se traduzem na forma do capitalismo, da produtividade regida pelo lucro, da busca do sucesso a qualquer preço, eficácia, espírito de competição — negação da ética do trabalho que significa para a grande maioria da humanidade a condenação a um trabalho alienado e desumano.

O “eterno feminino” em contrapartida ao caráter masculino da cultura, seria a receptividade a sensibilidade, a não-violên-

A ESCOLA DE
FRANKFURT

cia, a ternura etc: isto é, a oposição contra a dominação e a exploração.

O processo de masculinização da sociedade tem, diz Marcuse, uma história milenar: “no início, a defesa da sociedade que se estabelecia e sua hierarquia dependia da força física, o que teve por consequência reduzir o papel da mulher, periodicamente impossibilitada pela gravidez e cuidado com as crianças. A dominação masculina, uma vez estabelecida nestas bases se estendeu, desde uma esfera na origem militar a outras instituições sociais e políticas. A mulher passou a ser considerada um ser inferior, mais fraco, essencialmente auxiliar, apêndice do homem, objeto sexual, instrumento de reprodução (...). Seu corpo e seu espírito foram retificados; tornaram-se objeto. “Na Ideologia Alemã (1845-6), Marx e Engels elaboraram os fundamentos para um estudo da condição feminina com um dos aspectos cambiantes da situação material através dos tempos. Assim, as relações dos homens com a natureza não afetam apenas sua própria natureza mas também a natureza de suas relações recíprocas. E a associação dos homens dá nascimento à divisão do trabalho “que não é outra coisa senão a divisão do trabalho no ato sexual”. Marx e Engels distinguem a divisão do trabalho fundada no sexo — disposições naturais, força física, faculdades acessórias — da divisão do trabalho formal e institucional fundado primeiramente na atividade mental e material e mais tarde na propriedade. Marx pensava que a liberação da mulher da dependência econômica de que sofre no regime da propriedade privada abriria o caminho a relações verdadeiramente humanas; opunha-se violentamente às idéias dos “comunistas vulgares” que pretendiam estender a propriedade comum às mulheres. Segundo Marx, agindo-se desta maneira apenas se substituiria a propriedade pública à privada, e nos dois casos as mulheres estariam excluídas do “desenvolvimento humano”. Engels precisou esta idéia em seus *Princípios do Comunismo*, esboço para o Manifesto de 1847: “a propriedade comum das mulheres é uma condição característica da sociedade burguesa cuja expressão moderna é a prostituição. Mas a prostituição se funda na propriedade privada e com ela desaparecerá. Assim, a sociedade comunista, ao invés de introduzir a propriedade comum das mulheres, suprime-a”.

Para Marx e Engels, o burguês vê na mulher um meio de produção: a mulher é objeto e propriedade. Assim, apenas como trabalhadora é que a mulher conseguiu um certo tipo de igualdade — e no *Capital* Marx diz: “se os efeitos imediatos (do trabalho das crianças e das mulheres) são terríveis e repugnantes, este não contribui menos, por isso, atribuindo às mulheres, às jovens, às crianças de ambos os sexos uma larga parte no processo de produção fora do espaço doméstico, para a criação de novas bases econômicas necessárias a uma forma mais elevada de família e de relação entre os dois sexos”.

O papel da mulher mudou gradualmente com o desenvolvimento da sociedade industrial. Sob o impacto do “progresso técnico”, a reprodução social depende cada vez menos da força e da capacidade física no processo material de produção e no comércio. O resultado foi uma exploração mais ampla das mulheres enquanto instrumento de trabalho, tanto na produção quanto como donas-de-casa e mães; além disso, a igualdade entre homens e entre homens e mulheres pode ser conquistada no plano econômico e político no interior do próprio sistema capitalista: deste ponto de vista, a mulher passa a apresentar o mesmo caráter agressivo e competitivo dos homens para conservar um emprego ou conquistar aumentos de salário. Marcuse diz então que “a igualdade não é a liberdade (...). A igualdade uma vez conquistada, a liberação deve ultrapassar o quadro do capitalismo, subverter a atual hierarquia das necessidades” — e isto por que o enfraquecimento da base social da dominação masculina não pôs um paradeiro à dominação perpetrada pela classe dominante que continua exercendo seu mandato.

A partir das últimas obras de Engels, costuma-se dizer que a participação das mulheres no processo produtivo era condição de sua emancipação. Mas sua atividade era olhada mais como uma responsabilidade para as mulheres de exercício de seu controle de trabalhadoras do que como a base de uma nova forma de família ou de mudança nas relações entre os sexos. Seria interessante lembrar que nos escritos de Alexandra Kollontai, bem como nos discursos oficiais dos primórdios da Revolução Russa, a nova moral liga-se diretamente à produção “o comunismo, diz Riazanov, é inconcebível sem o registro de todas as forças produtivas” — o indivíduo é considerado do *único* aspecto de produtor de bens. E Kollontai: “A revolução liberou a mulher da atmosfera fechada e sufocante da família para transportá-la ao vasto espaço da vida social (...). Em 1920, para 16 províncias, quase 150.000 mulheres trabalhadoras tomaram

parte nos sábados comunistas. Os sábados, isto é, o trabalho voluntário para a coletividade, completaram o trabalho obrigatório”. Marcuse observa que a nova moral era mais a de uma coletividade no trabalho do que a de uma comunidade de indivíduos livres. Deste modo, a perspectiva de Marx segundo a qual “é evidente que a equipe de trabalho coletiva composta de indivíduos dos dois sexos e de todas as idades será necessariamente, em circunstâncias favoráveis, uma fonte de realização humana”, torna-se difícil de ser aceita cem anos depois.

Outra fonte de desenvolvimento e realização humana se encontra, segundo Marx e Engels, no amor. Acreditavam que o amor sexual individual encontraria sua expressão mais completa na sociedade comunista, já que faria desaparecer as coações de ordem econômica do capitalismo e a alienação de todas as relações sociais. Nem Marx nem Engels concluíram que as relações sexuais deveriam caminhar ao domínio público: ao contrário, o comunismo ofereceria a cada ser humano uma vida pessoal mais plena: “o comunismo transformará as relações entre os sexos em um assunto estritamente privado só concernindo as pessoas implicadas, no qual a sociedade não terá nenhuma ocasião de intervir”. Enquanto as condições materiais de realização da sociedade comunista não forem atualizadas, as relações humanas e culturais só podem ser delineadas. A questão do amor não comporta para Engels uma resposta no interior de um sistema de dominação e repressão “antes do surgimento de uma geração de homens que nunca tiveram aprendido na vida o que significa comprar boas graças de uma mulher com dinheiro ou poder; de uma geração de mulheres que só se tenham entregue a um homem por amor ou que se tenham recusado a seu amante por medo das consequências econômicas de seu ato”.

Hoje, as condições para a realização do amor estão lançadas, porém em um quadro de alienação e de dominação crescentes. É neste sentido que Marcuse fala da “categoria da obscenidade”. É obsceno da parte da sociedade produzir e estampar inescrupulosamente uma quantidade esmagadora de mercadorias enquanto que suas vítimas se vêem privadas do estritamente necessário; ou se empanturrar de alimentos, encher de detritos suas latas de lixo enquanto que nas zonas da agressão ela destrói e envenena os raros gêneros comestíveis que existem.

Segundo Marcuse, a reação normal à obscenidade é a vergonha, geralmente interpretada como a manifestação fisiológica do sentimento de culpa que acompanha a transgressão de um tabu. Mas as exibições obscenas da sociedade de abundância não provocam, normalmente, nem vergonha nem sentimento de culpa, mesmo se esta sociedade infringe os tabus mais importantes de nossa civilização: “A noção de obscenidade releva da esfera sexual, a vergonha e o sentimento de culpa provêm da situação edipiana. Se, pois, a moralidade social está fundada na moral sexual, tem-se o direito de pensar que a ausência de vergonha na sociedade de abundância, e o recalque eficaz do sentimento de culpa correspondem a uma atenuação da vergonha e do sentimento de culpa na esfera sexual. De fato, a exibição da nudez, para todos os fins de ordem prática é autorizada e mesmo encorajada; os tabus sobre as relações pré-conjugais e extra-conjugais se distenderam consideravelmente. Estamos assim em confronto a um paradoxo, que a liberação da sexualidade serve de vase instigativa ao poder repressivo e agressivo da sociedade de abundância (...). A maneira pela qual o capitalismo organizado sublinhou a frustração e a agressividade primária dos indivíduos, para utilização de maneira produtiva na sociedade não tem precedentes na história (...); jamais pôde engendrar um tal contentamento da vida, uma tal satisfação, jamais produziu tão bem a “servidão voluntária”. A exploração e a dominação, nos países de grande desenvolvimento das forças produtivas não são mais vividas como penosas pois são “compensadas” por um nível de conforto inigualável.

E A QUESTÃO FEMININA

O interesse real da classe operária é o de atingir uma situação em que o homem possa determinar sua própria existência sem subordiná-la por mais tempo aos imperativos de uma "produção de rendimento" nem se submeter a um aparelho controlado por um poder que o indivíduo não controla e que determina que produza pacificamente os meios de destruição social. Enfim, trata-se, no marxismo, de abolir a dependência do indivíduo com relação a um mercado cada vez mais saturado de mercadorias, para pôr um termo a sua existência de consumidor que se consome a si mesmo na compra e na venda. Uma verdadeira apropriação da "natureza humana para o homem" só pode se realizar historicamente pela transformação da maneira pela qual a propriedade é adquirida e das relações sociais que dela decorrem: segundo Marx, a situação operária é a expressão mais geral da alienação humana. A prostituição é apenas uma forma mais particular da prostituição universal do operário. O operário vende sua força de trabalho e sua vida em troca de um salário, o que transforma em simulacro todas as relações sociais: "o salário, diz Marx, tem o mesmo sentido que a manutenção de qualquer instrumento de produção como o óleo que serve para manter as engrenagens das máquinas em movimento".

O movimento de mulheres, segundo Marcuse, no quadro da luta de classes transcende a opressão econômica e cultural masculina de relações mercantis, apontando para a realização de uma sociedade com características atribuídas às mulheres na longa história da civilização patriarcal. Para Marcuse, trata-se de modificar a noção de socialismo, já que remanescentes do "princípio de rendimento" permaneceram no interior do socialismo marxiano, como por exemplo, o desenvolvimento cada vez mais eficaz das forças produtivas, com uma exploração da natureza cada vez mais produtiva, além da separação entre o "reino da liberdade" com relação ao "mundo do trabalho".

O movimento de mulheres traz consigo a imagem não apenas de novas instituições sociais mas também a de uma mudança de consciência, de uma transformação das necessidades instintivas dos homens e das mulheres liberadas dos constrangimentos da dominação e da exploração. Neste sentido "a liberação das mulheres, diz Marcuse, será de um só lance, a liberação do homem".

(Olígia Chain Féres Matos)

Diante das diversas vertentes do movimento de mulheres e com a convicção marcusiana de que se trata de um dos movimentos políticos mais importantes de nossa época, é que procuramos apresentar uma discussão teórica sobre o tema e a necessidade de se pensar um "socialismo feminino". O movimento de mulheres é potencialmente, para Marcuse, o mais radical, "embora o conjunto do Movimento não tenha ainda clara consciência disso."

ESCOLAS

ANO 6
n.º 2 abril/78
J. DA SILVA
n.º 4 p. 5

Numa falta professora Na outra, sobra água

Na Escola Estadual de 1º Grau Carlos Pasquale, na Vila Brasilina, quando ameaça chover, a diretora dispensa os alunos.



Os moradores da rua contam da inundação

1 No primeiro dia de aula, os alunos não puderam entrar porque estava tudo alagado. Depois houve uma semana sem aula por falta de luz. Há vidraças quebradas e a única faxineira que existe não dá conta de limpar todo o prédio e retirar a água que invade as classes. Dois meses depois de inaugurada, a Escola Estadual de 1º Grau Prof. Carlos Pasquale, na Vila Brasilina, já funciona precariamente.

Uma aluna da 8ª. Série, Nensia Merinho, conta o que aconteceu, num dia de chuva forte: «Foi uma bagunça, as crianças começaram a chorar, subimos lá pra cima pra esperar a água baixar. Teve criança que perdeu todo o material. No corredor parecia uma enxurrada; nas classes a água chegou até o joelho. Eu vi mãe chorando, descalça, procurando o filho.»

A escola foi construída numa baixada na rua Marquês de Lages onde antes havia um rio, sem que houvesse preocupação, segundo os moradores das proximidades, de se fazer galerias ou aterrar o terreno. Um bueiro pequeno que fica em frente do colégio não consegue dar vazão à água que desce com força das ruas Artur Bernardes, Marquês de Lages e Tolstói, alagando o ginásio.

Recusando-se a deixar fotografar as salas inundadas («Isso daria uma imagem ruim do Estado»), Edméa Marchiori Ono, diretora da escola, explica as providências que foram tomadas: «As atuais galerias foram construídas antes da escola e a

Prefeitura terá que substituí-las. Depois que o colégio enviou um ofício à Regional do Ipiranga solicitando providências, a Prefeitura mandou limpar o esgoto. Mas essa limpeza não adiantou quase nada porque em três dias o esgoto estava novamente entupido». Segundo ainda a diretora, os engenheiros da Conesp (Companhia de Construções Escolares) visitaram o colégio depois da inundação para fazer um relatório embora não se saiba como solucionarão o problema. Enquanto isso, a direção da escola arrumou uma saída: quando o tempo começa a anunciar chuva, dispensa os alunos.

MÃES FAZEM FAXINA

A limpeza do prédio é também uma questão não solucionada. Quando começaram as aulas, a escola não tinha ainda contratado a única faxineira que existe atualmente. A limpeza era feita pelas alunas maiores, durante o recreio, e pelo guarda. Como isso não era suficiente, a diretora reuniu as mães e pediu sua colaboração nos fins de semana. Elas foram no primeiro sábado, depois não apareceram mais, argumentando que a escola é estadual e o Estado é quem deve resolver esse tipo de problema.

A diretora, no entanto, acha que a própria comunidade deve arcar com a solução, através da Associação de Pais e Mestres. O dinheiro da APM, segundo ela, serviria para contratar mais serventes. Nem isso, porém, pode ser feito porque a APM da escola não está regularizada. Explica a diretora: «O pouco dinheiro que podemos movimentar é dos alunos que vieram transferidos de outras escolas. Não sabemos quanto nossa APM tem porque não foram devolvidos os talões de depósitos que entregamos aos alunos que fizeram inscrição».

PEDRADAS E BRIGAS

Outro problema preocupa os pais dos alunos. À noite e mesmo durante o dia desocupados invadem o colégio e provocam brigas com os alunos. O guarda diurno do colégio, Marcondes Ferreira Pereira, conta: «Eles dão trabalho porque pulam a cerca pra pegar os alunos para bater. Uma vez derrubaram um aluno que quebrou o braço. Jogam pedras nas vidraças no horário de aula. Entram no banheiro das meninas e ficam sem roupa esperando por elas. Já chamei a polícia três vezes mas elas demora muito pra chegar».

Segundo a diretora, a escola vai enviar um ofício à 2ª Companhia do 3º Batalhão da PM Metropolitana solicitando uma ronda constante principalmente nos horários de entrada, recreio e saída dos alunos da noite.



Para a diretora, a solução é substituir as galerias

As próprias mães têm que cuidar das crianças no pré-primário da Escola Municipal da Vila das Mercês. Que horas elas vão trabalhar?

2 "Se eu trabalho, como posso ir ajudar a professora na classe? Esse tipo de creche não serve pras mães que trabalham fora". Com essa frase, Alaíde dos Santos Almeida resume a insatisfação das mães em relação ao pré-primário do PLANEDI (Plano de Educação Infantil) que funciona na Escola Municipal N.S. das Mercês. Criado em 75 a partir de um plano da Secretaria Municipal de Educação, o pré-primário conta com a colaboração das mães que têm filhos matriculados e que dão um plantão de 15 períodos por ano na escola. Nesses dias elas ajudam a preparar a merenda, auxiliam na limpeza, participam da recreação e do ensino das crianças; são chamadas mães-monitonas.

Dos sete filhos de Alaíde, um tem seis anos e outro quatro. Apesar de terem idade para frequentar a escola, ela não pode matriculá-los no pré: "Como eu não posso ir dar os plantões, não pude também matricular as crianças. O pior é que aqui perto só tem duas outras creches particulares, que cobram caro". Por causa disso, as duas classes do PLANEDI da Vila das Mercês funcionam com 90 dos 102 alunos que estão matriculados em cada uma.

Madalena Pedroso não matriculou seu filho de seis anos na escola porque tem outras crianças em casa para cuidar. Preocupada, ela desabafa: "Ouvi dizer que se a gente não põe a criança no pré ela não vai ter vaga na 1.ª série o ano que vem". A preocupação de Madalena tem razão de ser. Embora não exista um regulamento que obrigue a escola a não aceitar alunos que não frequentaram o pré, as crianças do PLANEDI têm prioridade em relação às outras. O que significa, na verdade, que elas cobrirão as vagas existentes para a 1.ª série.

SOLUÇÃO DE «EMERGÊNCIA»

Segundo o plano, a Prefeitura contrata uma única professora para cuidar de uma classe com cerca de 120 crianças entre 5 anos e meio e 6 anos e meio de idade. Como a professora sozinha não consegue cuidar de todas as crianças ao mesmo tempo, a Secretaria da Educação exige a permanência de quatro mães por período. Só administrativamente a professora do PLA-



Alaíde: sem matricular os filhos

NEDI responde à direção da escola onde o plano foi implantado. Da parte de Pedagogia ela presta contas diretamente ao Departamento de Educação Infantil da Prefeitura. O PLANEDI é, na verdade, uma outra escola dentro da escola onde passa a existir. Ele ocupa a capacidade ociosa das instalações do colégio, sejam salas de aula, pátios cobertos ou abrigados que ficam vazios, segundo a Secretaria, em média 3 horas e meia em cada período escolar. O secretário da Educação Hilário Torloni define o PLANEDI como uma "solução de emergência" e não considera um problema a superlotação das classes. Só estranha uma coisa: nos bairros da periferia as classes do PLANEDI estão sempre com vagas sobrando. "Gostaríamos — diz ele — que essas vagas fossem preenchidas porque possuímos um grande interesse por essas crianças que devem ser preparadas para a 1.ª série do 1.º grau". Estranharia menos se parasse para pensar nos motivos dessa sobra de vagas. Talvez então fizesse a mesma pergunta que Alaíde: "Por que não colocam mais professoras?"



Madalena: «Só vai para o 1º ano quem passou pelo pré»

QUESTÃO FEMININA:

"NÃO À PENETRAÇÃO TRAUMÁTICA,
SIM AO PRAZER".

Marcos Vinício

O debate se inicia da necessidade de uma revolução cultural, que não é só procura de um novo estilo de vida funcional a uma diferente estrutura social, mas é a procura do significado do cotidiano, onde por "cotidiano" se entendem as relações interindividuais, a comunicação, a linguagem. As mulheres falam sobre o próprio prazer, o próprio gozo. A alemã Alice Schwarzer relata no livro "A Pequena Diferença", centenas de entrevistas com mulheres de classes e idades diferentes: social-democracia e liberalização sexual não mudaram a fundamental dependência feminina, numa sociedade que continua sendo patriarcal na sua estrutura.

Apresentamos trechos da segunda parte do livro: uma teorização e uma provocação. É possível para nós, mulheres brasileiras, identificarmos-nos nesta análise, lembrando de nós mesmas em resíduos do passado e na prática atual?

O privado (sexo-gozo) torna-se público, pode ser discutido entre nós também no espaço de um jornal, do Beijo. Um espaço aberto para todas as mulheres que queiram falar do próprio "privado", do próprio "público", afinal do próprio "político". (Bruna Franchetto e Leny Cordeiro).

Dessas entrevistas e de todos os outros debates dos últimos anos, penso que 2/3 ou mais de todas as mulheres são constantemente ou temporariamente "fríguas". Ou melhor, foram levadas à "frigidez". (Explicarei mais adiante o que significa "frigidez" e porque eu a coloco prudentemente entre aspas.) As estatísticas científicas não são muito diferentes, não obstante os tabus impostos ao tema e os dados que escapam. Especialistas calculam que uma ou duas mulheres entre três sejam fríguas, ou tenham grandes dificuldades sexuais.

Considerando esses números se observa com clareza o quanto é terrível essa onda de liberalização para a mulher. Para elas, nada mudou fundamentalmente em relação à dependência masculina, nem em relação à ignorância sobre o próprio corpo. Só uma coisa mudou: agora as mulheres devem simular o prazer que não sentem. Antes, pelo menos, quando não tinham vontade, podiam se recusar por pudor, ou por medo de uma gravidez. Agora, por causa da educação sexual e da pílula, devem estar sempre disponíveis. Ninguém se preocupa com suas exigências, nem elas mesmas: calam por pudor e escondem sua vida sexual mutilada e subordinada; como se temessem a exclusão de uma sociedade dominada pelo sexo.

Antes, quando às mulheres era negada a sexualidade, elas tinham uma identidade, embora negativa. Hoje nos privam dessa identidade, sem que, com isso, nos seja dada a possibilidade de viver uma sexualidade livre e consciente. As novas regras não são nossas, mas as dos homens, resultado: estamos completamente desconcertadas e nos achamos sozinhas com nossos problemas. Tornamo-nos ainda mais dependentes dos homens, não mais só contra a nossa vontade, mas também (e freqüentemente) com o nosso consentimento reticente.

Alguns exemplos:

O professor Schorch e Gunter Schmidt, do Instituto de Sexologia de Hamburgo, dizem que cada vez mais os homens mandam as suas mulheres para consultas sexológicas para que "comecem a funcionar". Nos últimos anos, muitas mulheres foram parar nos consultórios médicos com explicações desse tipo: "Meu marido me obrigou a fazer alguma coisa para conseguir ter um orgasmo. Ele quer que eu tenha reações normais."

Hoje as relações entre homem e mulher são tão descaradamente relações de poder (e também quando os homens se questionam e se chocam com o próprio papel) que também a sexualidade feminina não pode exprimir outra coisa que não impotência. Por isso, também as liberdades mais desejadas, como a contracepção ou o aborto, às vezes limitam ainda mais a liberdade das mulheres: repercutem nelas como um boomerang. Cada liberalização, inclusive a sexual, deve andar lado a lado com os processos de conscientização que tornem as mulheres aptas a explorá-la para si mesma.

Para esclarecer mais uma vez as analogias na vida de todas as mulheres, resumo aqui etapas fundamentais que se delineiam em todas as entrevistas (e também em muitas pesquisas) independentemente de cidade, classe e grau de consciência: **Turbação na infância pela imposição do papel feminino** ("Na escola, de repente, meninos e meninas fomos colocados em carteiras separadas. Assobiava sempre, e, ao mesmo tempo, pensava: uma moça não faz isso. Senti que esperavam de mim um comportamento diferente.") E também revolta: "As brincadeiras dos machos eram muito mais emocionantes."

Adaptação, a partir da adolescência, ao papel feminino. Neste ponto, as diferenças induzidas entre homem e mulher são insuperáveis. Podem ser ignoradas somente no mito imposto do "amor romântico" e com total funcionamento recíproco. (As garotas paqueram os rapazes porque "todas fazem isso", porque é uma "vaidade". Mas ao mesmo tempo os sentem "estranhos", como "seres de outro mundo", com os quais não tem nada em comum.)

Solidariedade entre crianças do mesmo sexo. Externamente a garota faz o papel da fêmea, mas a ruptura ainda não se operou. As garotas ainda são amigas e não rivais. Elas têm profundas relações emotivas, às vezes também, sexuais. Uma mulher entre cinco, segundo Kinsey e Giese, teve contatos homossexuais, mas apenas uma entre três, desejos homossexuais declarados. Nenhuma delas falou sobre o problema espontaneamente. Quase todas, depois, obedecem às normas que lhes são impostas. Tornam-se exclusivamente heterossexuais e incapazes até de incluir na sua realidade relações com outras mulheres. Rejeitam o afeto feminino a priori, como sendo aquela coisa que "não tem nada a ver com o amor" (Renata A.), ou como "prepúbere", que são duas maneiras específicas, de classes diferentes, de dizer a mesma coisa. Quer dizer, o amor maduro só é possível entre homem e mulher, e qualquer outro tipo de relação é imatura, mas não no momento em que a viviam. A maneira de avaliar foi-lhe imposta pela sociedade.

Solidão e insegurança na fase de passagem de adolescente à mulher. O desaparecimento total das amigas por estarem absorvidas nas suas relações com os homens. Primeiro coito como exercício obrigatório do ritual de tornar-se mulher. Nenhuma o fez por paixão, todas o fazem por medo. "Porque antes, ou depois, tinha que acontecer" e "porque ele queria de qualquer jeito". Para todas é um trauma, à todas faz mal.

O psicólogo iugoslavo Dr. Bodan Tekavic pesquisou sobre as motivações dos casos de defloração em garotas jovens e descobriu que 71% o fazem para não perder o namorado; 6% por medo de serem consideradas antiquadas; 16% por curiosidade. Setenta e seis por cento dos homens interrogados sobre o motivo que, segundo eles, induzia as mulheres a fazer amor pela primeira vez, responderam: por desejo. Voltando às entrevistas, destaca-se o fato de que às duas únicas mulheres que superaram com uma certa tranquilidade o primeiro coito (Karen e Verena) são também as únicas que, diferentemente das outras, foram ativas. Decidiram elas mesmas por que, quando e com quem fazê-lo, eram individualmente menos submetidas, e por isso não sofreram a situação, simplesmente se adaptaram às normas.

Todas as mulheres se sentem exploradas e freqüentemente reagem com a frigidez, determinada pela dependência no interior da relação e pela ignorância das próprias exigências físicas e psíquicas. Elas foram levadas a ser incapazes de experimentar prazer sexual e, simplesmente, são estigmatizadas como "frígidas" (quer dizer, incapazes de ter orgasmo vaginal). Mas a maioria não seria frígida se tivesse relações sexuais diferentes. Elas continuam a fazer amor com os homens e, muitas vezes, simulam o orgasmo porque se sentem condicionadas a fazê-lo para obter amor.

O casamento quase sempre acontece nos momentos em que as mulheres se sentem mais sozinhas e enfraquecidas. Com o casamento, tentam adquirir um pouco de confiança e de afirmação. É a fuga de um mundo externo e proibido para um mundo interno, que não pode manter o que prometeu.

O que mais confunde as mulheres é o medo da norma. Não querer fazer amor com o marido todas as noites, não ter orgasmo, não se sentir realizada no trabalho doméstico e na educação dos filhos, significa sempre: *você não é normal*, especialmente no campo sexual, onde às mulheres escapa o controle sobre as normas. Elas devem aceitar o que dizem os homens e os mass-media. Para elas, um "fracasso" sexual significa um fracasso total, porque a sua identidade se dá principalmente através de sua função de ser sexuado. (Anke L., na sua fase de frigidez: "Me sentia um indivíduo de segunda classe. Dizia a mim mesma: você pode ser reprovada em todas as provas, mas nessa você tem que passar".)

Neste ponto, as mulheres que, quando meninas eram muito vivas, já foram reduzidas a "seres relativos" (Simone de Beauvoir).

Também as mulheres solteiras, no trabalho, não escapam às incertezas dilacerantes do papel feminino. Correm ofegantes de uma cena para outra e, muitas vezes, pagam o relativo sucesso profissional (isto é, num campo dominado pelos homens) com a submissão na vida privada, especialmente no campo sexual.

Todas as mulheres, sem exceção, vivem o primeiro orgasmo (se ele existiu), numa situação na qual a objetiva superioridade do homem é suavizada por uma relação de forças favoráveis à mulher. Estes homens são descritos como "doces", "inseguros" e "não exigentes". Isto significa que todos os homens com os quais as mulheres conseguem viver uma sexualidade satisfatória são "no sentido positivo", "não masculinos". Quanto mais um homem se comporta de maneira masculina e potente, mais diminuem as probabilidades de que a mulher se sinta sexualmente satisfeita. Toda a impor-

tância dada à potência masculina não tem fundamento, pelo menos no que concerne às relações heterossexuais. Precisamos saber a quem serve, certamente não às mulheres.

Um fator muito importante é a integração do coito com outras práticas sexuais (oro-genitais e manuais). Nenhuma das mulheres entrevistadas falou explicitamente que costuma ter um "orgasmo vaginal", isto é, pela simples penetração do pênis na vagina.

A possibilidade de uma conversa entre os parceiros sobre a sexualidade da mulher não se baseia nunca na tomada de consciência do homem, mas sempre e somente num real deslocamento de poder que favoreça à mulher: sucesso no trabalho e/ou discussões com outras mulheres que possam encorajá-la e tranquilizá-la... (Sonia S.: "Estava convencida de que com as palavras nada muda e nada é entendido. Muitas coisas só ficam melhores diante de fatos, como, por exemplo, quando você se recusa").

Somente as mulheres que estão num processo ativo de emancipação conseguem discutir com os homens sobre a própria sexualidade. Aumentando a consciência sobre si mesmas, elas existencialmente não dependerão da relação com um homem.

As normas sexuais dominantes ignoram as exigências físicas das mulheres.

Hoje em dia, é definida como frígida uma mulher que não chega ao orgasmo "vaginal". Esta é a definição oficial da ciência. Mas, ao mesmo tempo, esta mesma ciência sabe (desde o relatório Kinsey) que o orgasmo vaginal não existe. O relatório Kinsey, redigido com rara coerência e sinceridade, baseia-se em entrevistas com 6 mil homens e 6 mil mulheres. É, até agora, o estudo mais amplo sobre as práticas sexuais correntes e baseando-se apenas em números e dados permite constatar: não existe um orgasmo vaginal, apenas um orgasmo clitorídeo produzido fisicamente através do clitóris. O clitóris é o similar do pênis masculino, o centro erótico do corpo feminino. O relatório Kinsey teve várias partes vetadas, algumas até queimadas. Em todas as edições, houve manipulação de significados e deduções falsas.

A realidade deste trabalho é como dinamite para as relações humanas cotidianas, especialmente para aquelas entre homem e mulher.

Nos anos 60, Masters e Hohnson ("O ato sexual no homem e na mulher") confirmaram a pesquisa de Kinsey com precisos experimentos e observações de laboratório. Eles também chegaram à conclusão: não existe um orgasmo vaginal. É um absurdo fisiológico, pois a vagina tem tantas terminações nervosas quanto o intestino, isto é, quase nenhuma. A sua parte principal pode ser operada sem anestesia. As mulheres sabem que não sentem o absorvente OB e que este não tem nenhum efeito erotizante. Na vagina nada acontece.

oitenta e cinco por cento das mulheres que se masturbam conseguem o orgasmo através do clítoris, sentem instintivamente onde é colocado o seu centro de prazer, mas não têm coragem de impor as próprias exigências contra as normas por elas mesmas assumidas e contra o comportamento dos homens.

"Nestas condições, cresce indefinidamente o número de mulheres e de homens que aceitam passivamente a equação orgasmo vaginal = normalidade. A consequência disso é a sensação constante de culpa, remorso e medo em cada mulher, saudável sob todos os aspectos, mas que não consegue aquele prêmio tão difícil de ser conseguido" (palavras de Mary Jane Sherley, psiquiatra e autora do livro "The nature and evolution of female sexuality").

Sherley fala de uma "diferença" já na fase pré-natal. Ela lembra que os embriões femininos e masculinos são ligeiras variantes de um mesmo modelo originário. No começo, não existe Adão, mas Eva; é verdade que no ato da fecundação o sexo já está definido, mas num primeiro momento todo embrião é feminino. Só na quinta semana os andrógenos "masculinizam" os órgãos de reprodução do futuro macho. A este propósito diz: Embriologicamente é justo admitir o pênis como um clítoris: desenvolvido, o escroto uma vulva dilatada e na libido feminina aquela originária. A embriologia deveria reformular o mito de Adão e Eva para todos os mamíferos. Estamos bem longe de querer deduzir uma reversão ideológica e propagandear a natural "superioridade da mulher". Isto significaria aceitar a lógica das argumentações biológicas dos homens e golpear qualquer idéia de evolução e emancipação. Mas, numa sociedade que sustenta a superioridade do homem e a inferioridade da mulher, se apegando ao direito "natural" de procriação, estes detalhes naturalmente têm o seu charme...

Mas todos esses dados não conseguiram abalar nem o mito da inferioridade feminina e nem aquele do orgasmo vaginal. Os mesmos Masters e Johnson, depois de terem demonstrado que não existe o orgasmo vaginal, desmentiram as suas descobertas por causa do uso que delas fizeram. Hoje, organizam verdadeira ginástica pré-coito para os casais com problemas sexuais. E para não frustrar mais ainda as mulheres, colocam os atos mais importantes (contato epidérmico, carícias amorosas e estimulação do clítoris) no jogo sexual preliminar. Para uma sexualidade satisfatória, a mulher não precisa de penetração, mas da estimulação do clítoris, assim como o homem precisa estimular o pênis (e não necessariamente na vaginal).

Orgasmo vaginal e monopólio sexual — Mas como se chegou a estabelecer um dogma tão absurdo? Como é possível que uma prática sexual que torna as mulheres frígidas e que para os homens não é, necessariamente, a mais gratificante, adquira tal importância? (Acho que os estímulos oro-genitais e manuais podiam ser até mais satisfatórios, para os homens, do que a prática dominante. Parece que na história da humanidade, o contato vaginal não foi sempre o mais importante. Por exemplo, Ernest Borneman descreveu em "Patriarchat" o papel fundamental que teve, na Grécia antiga, o coito anal, tanto nas relações homossexuais quanto nas heterossexuais.)

O coito, que condena as mulheres à passividade, para os homens é a prática sexual menos complicada e mais cômoda. É importante que se discuta o significado psicológico que tem para os homens o ato do coito, em si violento. Para muitos, inclusive, a violência é sem dúvida equacionada ao máximo prazer. (Me parece então um sinal de integridade física o fato de que as mulheres se tornaram em grande número, incapazes de viver uma vida sexual satisfatória ao invés de gozar masoquisticamente da sua submissão.)

Nem a tragédia do aborto, nem a frigidez feminina, conseguiram abalar o dogma do orgasmo vaginal. As motivações devem ser importantes. A minha tese é a seguinte:

Somente o mito do orgasmo vaginal (e da importância da penetração) assegura aos homens o monopólio sexual, o que assegura o monopólio privado que é a base do monopólio oficial da sociedade masculina.

Isto é, nesta sociedade, na qual as pessoas estão isoladas se não tiverem uma ligação e na qual são obrigadas a procurar calor e afeto através do sexo, as mulheres (assim como os homens) devem se entregar às relações sexuais (independentemente da sexualidade). Se esta sexualidade pode-se exprimir apenas sob o signo da "diferença", se então a heterossexualidade é absolutamente prioritária, mulheres e homens dependem uns dos outros. Aparentemente, o monopólio seria reversível, mas apenas aparentemente.

Uma mulher não tem o direito de existir como ser autônomo. A sua definição é de "ser sexuado". Cada tentativa de emancipação é bloqueada, até que cada mulher, na sua privacidade, se submeta à vontade do homem. E até quando não tiver uma alternativa, nem pode escolher livremente a sua relação.

Este é o ponto principal: o monopólio sexual dos homens sobre as mulheres assegura-lhes também o monopólio emotivo (as mulheres só se apaixonam por homens), o monopólio social (dependem da posição social do marido ou do homem) e o monopólio econômico (por amor, as mulheres aceitam fazer o trabalho doméstico de graça e trabalhos secundários para equilibrar o orçamento).

Por isso, apenas abalando os fundamentos do monopólio do homem é que os papéis sexuais vacilarão. (Alice Schwarzer.)

"Declaramos o estado de gravidez permanente que dará nascimento, talvez um dia, ao monstruoso e ao mutante, a tudo que lhe fizer medo, porque nosso desejo profundo é abalar vossa ordem"
(das feministas francesas sobre a morte de Gudrun Esslin)

FUNABEM TREINA PESSOAL PARA IMPLANTAR PLIMEC EM CINCO ESTADOS



Com o objetivo de transmitir a metodologia de implantação e execução do Plano de Integração do Menor na Comunidade (PLIMEC), a FUNABEM instalou no seu Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal (CEDEP), em Quintino, curso de treinamento para técnicos das Fundações de Bem-Estar do Menor de cinco Estados e do Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor da cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

A FUNABEM pretende multiplicar esses programas em todo o País, porque, segundo os seus técnicos, ela está convencida de que o processo capaz de evitar a marginalização do menor é cuidar dele junto à

própria família e à comunidade.

Como nasceu

O PLIMEC é o resultado de experimentos e iniciativas realizados a partir de 1968, pela FUNABEM, em convênio com o UNICEF. Nesse ano, foi instalado no bairro da Mangabeira, em Recife, um plano experimental educativo de integração social juvenil, destinado a despertar nos jovens, o interesse para o problema dos menores carentes e suas famílias. Centros de estudos do menor foram implantados nas comunidades pobres, localizadas na periferia da cidade e onde são muitas as necessidades de serviços

básicos como educação, saúde, saneamento, etc. A avaliação desse trabalho experimental foi feita em 1972, resultando na implantação do projeto Mangabeira (Plano de Integração de Menores na Comunidade - PLIMEC).

Atualmente, o programa se repete em toda a região Norte/Nordeste, onde já foram instalados quase 100 projetos iguais ao Mangabeira, atendendo a cerca de 90 mil menores e 40 mil famílias. O PLIMEC já alcançou o Estado de São Paulo e agora deverá ser implantado nos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Metodologia

As atividades do PLIMEC seguem uma linha progressiva, de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento do menor nele inscrito. Essa progressão, passando por diferentes estágios, vai ocorrendo junto com uma cada vez menor interferência dos monitores, em favor da crescente participação do grupo. A partir de um certo momento, os próprios menores passam a planejar e dirigir seus trabalhos. Isso só é possível porque toda a atividade é feita em grupo ou equipes. A avaliação posterior também é feita pelos menores, o que demonstra a inexistência de qual-

quer tipo de paternalismo, por parte do monitor. A forma para estimular o espírito de equipe é a realização de reuniões com duração de duas horas, tempo em que são exercidas várias atividades, tais como ginástica, dança, jogos, discussões, sempre ao ar livre e em contato com a natureza. Para a totalidade dos menores, essa espécie de "brincadeira" é uma revelação, vez que são egressos de lares desorganizados, desfeitos na maioria dos casos. Obser-

va-se isso nas reuniões dos pais, onde se vê que a maioria dos participantes são as mães.

Participação dos Pais

Os pais ou responsáveis pelos menores são também atingidos pelo PLIMEC, através de um Programa de Educação Complementar (PRECOM), pelo qual visa-se a contribuir para o fortalecimento dos valores positivos da vida familiar e proporcionar orientação para a higiene pessoal,

orientação psíquica e social.

De 15 em 15 dias, são feitas reuniões noturnas com cerca de 20 casais em grupo na sede do núcleo. Ali, eles são conscientizados da importância de se dar amor e compreensão para o desenvolvimento normal dos filhos. São despertados para o fato de que é necessária a ação conjunta da família, da escola, e da comunidade, na educação dos filhos. Ali, eles ficam sabendo que uma família

bem constituída trará segurança social para o menor. De tudo isso ficam sabendo através de conversas, discussões em grupo, palestras, apresentação de cartazes, slides, filmes, etc. Além dessas reuniões, os monitores fazem visitas domiciliares, onde são completadas as orientações dadas durante os encontros. O êxito do PLIMEC será garantido se a comunidade dele participar, assistindo-o através de suas várias entidades prestadoras de serviços.

ESTAGIÁRIOS DA ESG VISITAM A FUNABEM



Quarenta e cinco estagiários da Escola Superior de Guerra visitaram as unidades do Centro Piloto da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em Quintino, para conhecer os programas e atividades desenvolvidos pela instituição junto aos menores carentes e de conduta anti-social.

Os representantes da ESG foram recebidos pelo presidente da FUNABEM,

Dr. Fowler de Melo, no Centro de Estudos e Desenvolvimento de Pessoal (CEDEP), em cujo auditório pronunciou conferência sobre a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, seguida de debates.

O problema

O presidente da FUNABEM depois de quantificar o problema a nível nacional — 14 milhões de

menores desassistidos — e de analisar a situação de cada uma das 10 regiões metropolitanas, quanto ao número de menores em processo de marginalização, chamou a atenção dos estagiários da ESG para as variáveis presentes no processo de marginalização desses menores.

Fowler de Melo disse que o problema da marginalização do menor tomado genericamente "apresenta características bem definidas quanto aos aspectos sociais, pedagógicos, psicológicos, jurídicos e de saúde". Sob o ponto de vista social, o conferencista apontou sete variáveis, entre estas, a situação econômica, desagregação familiar e a incapacidade física e mental dos pais. Quanto ao enfoque pedagógico, as características do processo refletem carências de ordem escolar, de socialização, mental, sensorial e emocional. O presidente da FUNABEM apresentou ainda todas as

variáveis quanto aos aspectos psicológicos, sócio-jurídico e de saúde, num total de trinta e duas. A conferência, que durou 40 minutos, incluindo os debates, permitiu uma série de indagações dos estagiários.

Desassistido

A uma pergunta, o presidente Fowler de Melo esclareceu que a FUNABEM elegeu a expressão menor carente para definir aquele que, em virtude do não atendimento de suas necessidades básicas e da ausência ou capacidade dos pais ou responsáveis, se encontra em situação de abandono total ou de fato, ou está sendo vítima de exploração; e menor de conduta anti-social, aquele que infringe as normas éticas e jurídicas da sociedade.

— Mas quando dizemos **menor desassistido** incluímos na expressão as duas denominações: carente e conduta anti-social.